

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PADRÃO-OURO,  
COMÉRCIO E FLUXO DE CAPITAIS

Entre 1870 e 1913, as relações econômicas internacionais sofreram grandes transformações: as inovações em transportes (barco a vapor e ampliação das redes ferroviárias) e comunicações (telégrafo) aproximaram as diversas partes do mundo, e a Segunda Revolução Industrial demandou matérias-primas até então pouco utilizadas, integrando novas regiões ao comércio mundial. Não menos importante foi a industrialização de vários países que colocou em questão a divisão internacional do trabalho previamente estabelecida e que tinha a Grã-Bretanha como elemento central. Em suma, a economia mundial em 1913 é claramente distinta daquela de 1870 e essa mudança tem, afinal, alguma relação com a explosão dos conflitos que conduziram à Primeira Guerra Mundial.

11.1 A GRÃ-BRETANHA NA ECONOMIA MUNDIAL

Por ser o primeiro país a passar pela Revolução Industrial, a Grã-Bretanha assumiu posição ímpar na economia mundial no século XIX. Em torno de 1850, ela concentrava grande parte da produção mundial de carvão (2/3), de ferro (1/2), da ainda pequena produção de aço (5/7), de tecidos de algodão (1/2) e de produtos metalúrgicos (cerca de 2/5 do valor total) (HOBBSAWM, 1978, p.124). Embora a produção manufatureira já estivesse estabelecida em outras economias (como na França, na Confederação Germânica e no norte dos Estados Unidos), essa indústria ainda registrava grande atraso em relação à britânica (a exceção era a Bélgica, pequeno país cuja indústria já rivalizava com a da Grã-Bretanha em alguns ramos).

O predomínio industrial britânico lhe garantia posição privilegiada no comércio internacional, em relação tanto aos países mais adiantados como aos países cuja economia era essencialmente primária (mineira, agrícola e pecuária). Os mais adiantados, em vias de industrialização, dependiam do fornecimento de máquinas e equipamentos para a instalação de suas fábricas. Os menos desenvolvidos tinham na Grã-Bretanha um importante

mercado para o escoamento de sua produção primária, além de importarem daquele país os manufaturados de que necessitavam. A grande expansão do comércio mundial a partir de 1840 - associada à chamada "era das ferrovias" - colocou a Grã-Bretanha no centro do mercado internacional, fruto de sua posição de quase monopolista da produção industrial mundial.

Esse quadro modificou-se substancialmente na segunda metade do século XIX, especialmente depois de 1870. O desenvolvimento industrial de vários países (principalmente Estados Unidos e Alemanha, mas também de outras regiões da Europa) transformava o interesse comercial comum pré-existente em rivalidade. Como produtores de manufaturados, esses novos países industriais deixaram de importar muitos itens da Grã-Bretanha e, mais tarde, passaram a competir com os produtos britânicos no mercado internacional. O exemplo das ferrovias é marcante: a Grã-Bretanha foi o principal fornecedor de material ferroviário para a primeira onda de expansão (que se iniciou nos anos 40 do século XIX), inclusive para os países europeus que estabeleciam suas redes iniciais; já a partir de 1870, havia pouco espaço na Europa para os equipamentos britânicos e seus fabricantes se defrontavam, no resto do mundo, com a concorrência de outros produtores (europeus e norte-americanos).

Isto levou ao redirecionamento do comércio britânico: antes realizado principalmente com a Europa e com os Estados Unidos, voltou-se crescentemente para outros mercados. O caso mais marcante foi observado com as exportações de tecidos de algodão: a tendência já observada no período anterior se aprofundou a partir de 1870. Se, em 1820, 60% das exportações de tecidos de algodão se dirigiam à Europa e aos Estados Unidos, em 1880, esse percentual se reduziu para 10% e, em 1900, para 7%. Neste último ano, o "mundo subdesenvolvido" absorvia 86% das exportações britânicas de tecidos de algodão, cabendo a outros países 7% do total (HOBBSAWM, 1978, p.135).

Nesse "mundo subdesenvolvido", a América Latina foi uma das áreas a absorver as exportações britânicas. O Império britânico também teve importância crescente, em especial a Índia, cuja produção tradicional de tecidos foi praticamente destruída pela dominação britânica.<sup>1</sup>

O mesmo se deu com outros produtos de exportação: embora não tenha havido um declínio absoluto do comércio exterior, a participação relativa da Grã-Bretanha no comércio mundial tendia a declinar.

Outro resultado importante referente ao comércio exterior britânico foi a ampliação do déficit em sua balança comercial. Pobre em recursos naturais (exceto o carvão),

1. As exportações britânicas de tecidos sofreram, um pouco mais tarde, o impacto do início da industrialização moderna nos países atrasados. Essa industrialização tipicamente se fez pela substituição de importações e a indústria têxtil é uma das primeiras a ser implantada nesse processo. Isto vale para a América Latina, mas também para os grandes importadores de tecidos britânicos: Índia, Japão e China.

a Grã-Bretanha dependia da importação da maior parte das matérias-primas de sua indústria, inclusive do próprio algodão utilizado pela indústria têxtil. Além disso, após a derrogação da Lei dos Cereais em 1846, também o trigo, elemento básico da alimentação, passou a ser importado. Apesar do redirecionamento do comércio para a América Latina e para o Império, não foi possível evitar o surgimento de déficits na Balança Comercial, ou seja, o valor das importações tendeu a superar sistematicamente o das exportações.

No entanto, desde cedo a Grã-Bretanha pode contar com outras receitas derivadas das relações internacionais. De um lado, pagamentos por serviços como fretes e seguros; de outro, as rendas de seus investimentos externos (de início, empréstimos a governos estrangeiros, depois, empréstimos a empresas privadas de estradas de ferro e serviços públicos e também dividendos de empresas britânicas instaladas no exterior). Estas rendas tendiam a superar o déficit na Balança Comercial, gerando um superávit na Balança de Transações Correntes.

TABELA 11.1

Reino Unido: Balanço de pagamentos: 1866-1913 (médias dos períodos em milhões de libras)

PERÍODO	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)
1871-1875	-59,7	+50,0	+88,7	-4,3	+74,7
1876-1880	-122,8	+56,3	+92,2	-0,7	+25,0
1881-1885	-100,2	+64,8	+96,1	+0,7	+61,4
1886-1890	-87,0	+84,2	+92,5	-2,3	+87,4
1891-1895	-126,7	+94,0	+91,6	-7,0	+51,9
1896-1900	-156,3	+100,2	+99,1	-3,3	+39,7
1901-1905	-173,6	+112,9	+112,8	-3,3	+48,8
1906-1910	-141,1	+151,4	+138,2	-2,7	+145,8
1911-1913	-132,2	+187,9	+157,9	-7,5	+206,1

Fonte: MITCHELL (1994), p.870. Nota: (I) Balança Comercial (Exportações - Importações de mercadorias); (II) Rendas de investimentos externos; (III) Fretes, seguros; (IV) Ouro e espécies; (V) Saldo em Conta corrente.

Este resultado sintetiza o sentido fundamental da mudança da posição da Grã-Bretanha na economia mundial. De um lado, a indústria do país, pioneira da Revolução Industrial, se defrontava com os novos países industriais que substituíam as importações britânicas e passavam a concorrer com elas no mercado internacional. Essa mesma indústria britânica dependia de importações de matérias-primas, o que induziu a permanência do livre-comércio numa época de acirramento do protecionismo. Por outro lado, evidenciava-se a crescente importância das rendas derivadas dos capitais exportados para a manutenção do equilíbrio das contas externas britânicas. Em suma, a economia britânica passou a se fundar crescentemente no seu setor financeiro (do qual a City de Londres - região

da capital inglesa em que se concentram as instituições financeiras - é a expressão material) e de serviços (transporte, seguros), em detrimento de sua indústria, como bem nota Hobsbawm ao comentar a crescente diferença entre o valor das importações e o das exportações britânicas:

Por outro lado, a receita dos invisíveis da Grã-Bretanha parecia mais do que suficiente para cobrir essa diferença [entre o valor das importações e o das exportações]. Enquanto sua indústria titubeava, suas finanças triunfavam e tornavam-se indispensáveis seus serviços como transportador marítimo, comerciante e intermediário no sistema mundial de pagamentos. Na verdade, se houve uma época em que Londres constituiu o verdadeiro fulcro econômico do mundo, e a libra esterlina sua alavanca, essa época foi o período de 1870 a 1913. (HOBBSAWM, 1978, p.140)

O outro lado desta questão se situa em entender por que a indústria britânica titubeava. Ou então, porque ela foi incapaz de acompanhar o desenvolvimento da indústria de outros países, em especial da Alemanha e dos Estados Unidos. Lembramos que a Segunda Revolução Industrial apresentou características distintas da anterior: o caráter das inovações passou a demandar maior conhecimento científico, como no caso da eletricidade, da indústria química e da ótica; a expansão do sistema fabril em direção à produção de máquinas (até então produzidas em moldes artesanais); organização sistemática da produção identificada, por vezes, como a administração científica; aumento da escala da empresa em direção aos monopólios, oligopólios, trustes e cartéis. Curiosamente, muitas das inovações da Segunda Revolução Industrial foram gestadas na Grã-Bretanha, embora sua aplicação efetiva se tenha dado em outros países. Indústria química (anilinas), eletrotécnica, máquinas, novos processos de produção de ferro e aço (processos Bessemer, Siemens-Martin e Gilchrist-Thomas) tiveram início entre os britânicos, porém no começo do século XX sua produção era pequena diante da alemã e da norte-americana. Quais as razões do atraso britânico nessa fase da industrialização?

Não se pode atribuir estritamente ao campo científico o atraso britânico: como indicado, várias inovações com base científica tiveram início ou foram acompanhadas na Grã-Bretanha. Há, porém, um argumento paralelo a esse e que tem algum peso: trata-se do caráter e da amplitude do sistema educacional britânico. Admite-se, com frequência, que a educação britânica das camadas mais ricas era pautada por ideais aristocráticos e

2. Este é um tema clássico da historiografia econômica e as polêmicas se travam em torno de alguns argumentos cujo peso explicativo varia de acordo com a orientação de cada autor. Hobsbawm, ao tratar do declínio britânico, afirma: "Por isso, não bastam simples explicações sociológicas. Em todos os casos, sempre que possível há que preferir explicações econômicas para fenômenos econômicos" (HOBBSAWM, 1978, p.173). Já Landes, em extensa análise das diferenças entre Grã-Bretanha e Alemanha, admite: "As razões do sucesso alemão na concorrência com a Grã-Bretanha não foram materiais, mas sociais e institucionais [...] (LANDES, 2005, p.341). Embora os argumentos levantados sejam muito semelhantes, a ênfase, em cada autor, se dirige a um ou outro tipo de explicação.

humanísticos e pouco voltada ao ensino e à pesquisa da técnica; e, ainda, que a educação básica era pouco abrangente, diversamente da Alemanha em que o ensino primário era obrigatório. Em relação à educação básica, observa Landes:

De um lado, temos uma nação [a Grã-Bretanha] que, até as últimas décadas do século, preferiu deixar a escolarização entregue ao zelo, à indiferença ou à exploração da iniciativa privada. Não se tratava apenas de uma questão de *laissez-faire*. Para cada idealista ou visionário que via na educação o caminho para uma cidadania esclarecida, havia vários homens "práticos" que achavam que a instrução era uma bobagem supérflua para os lavradores e os operários industriais. (LANDES, 2005, p.347)

A mesma diferença podia ser observada no ensino técnico e universitário. Hobsbawm lembra que, em 1913, havia 9.000 estudantes universitários na Grã-Bretanha, ao passo que na Alemanha esse número ascedia a 60.000; anualmente, a Grã-Bretanha formava 350 estudantes "em todos os ramos da ciência, tecnologia e matemática", ao passo que a Alemanha formava 3.000 engenheiros por ano (HOBBSAWM, 1978, p.168-169). O Estado alemão atribuiu grande importância não só ao ensino básico, mas também ao técnico e universitário (e não apenas nos ramos de aplicação industrial, mas também nas humanidades). Numa fase em que os novos ramos industriais demandavam maior conhecimento científico, a disponibilidade de grande número de profissionais com formação universitária em áreas técnicas pode ter favorecido o avanço desses ramos, pois nas grandes sociedades anônimas industriais alemãs era frequente a existência de laboratórios com mais de 200 pessoas. Além disso, não se deve esquecer o efeito mais geral de uma população com nível educacional mais elevado sobre o potencial de desenvolvimento de uma nação.

Landes (2005) explora longamente as razões para a pouca importância dada à educação básica, técnica e superior na Grã-Bretanha. Não acompanha autores que a atribuem aos anseios aristocratizantes dos empresários britânicos: frequentemente se admite que, uma vez alcançado certo grau de riqueza pela atividade industrial, os empresários passavam a aspirar certa ascensão social que os inserisse nos meios aristocráticos britânicos. Assim, passavam a investir na compra de propriedades, deixando de lado novos investimentos em suas indústrias. No entanto, não há evidência de que isto ocorresse com frequência suficiente para afetar o desenvolvimento da indústria britânica. Landes prefere identificar uma relativa acomodação das sucessivas gerações de empresários britânicos que, acreditando em sua superioridade secular, foram pouco propensos a inovações, seja nos métodos produtivos, seja na criação de novos produtos.

Já Hobsbawm, sem ignorar os argumentos anteriores, prefere situar na esfera econômica a principal razão do atraso da indústria britânica em relação à indústria de outros países: trata-se da dificuldade de mudar substancialmente o caráter da indústria previamente estabelecida, uma espécie de ônus do pioneirismo. Como a velha indústria ainda

era lucrativa, o custo de investir em novas tecnologias se mostrava elevado, até pelo risco que envolvia. Além disso, a mudança demandava, quase sempre, um aumento de escala, envolvendo a necessidade de fusão de capitais (e por vezes de empresas), a exigir a solução de inevitáveis conflitos de interesses entre empresários e detentores desses capitais.

Em suma para uma indústria já estabilizada e lucrativa, os custos da mudança em direção às novas tecnologias se mostravam elevados e a própria mudança, arriscada. Assim, as indústrias nascentes de outros países – como Alemanha e EUA – puderam se apropriar das novas tecnologias sem enfrentar os custos de depreciar um investimento anteriormente realizado.

Para o conjunto da economia britânica, o atraso da indústria não se mostrou particularmente grave naquele momento, pois, como já observado, os ganhos provenientes da esfera internacional, na atividade financeira e de serviços, compensavam largamente o declínio relativo da indústria. É claro, numa perspectiva de mais longo prazo, colocava-se em questão a posição dominante da economia britânica na economia mundial, fato que se evidenciou com toda a clareza após a Primeira Guerra Mundial. Porém, até 1913 mantinha-se a ilusão da hegemonia britânica, em grande parte apoiada na vigência do padrão-ouro que tinha a libra esterlina como moeda-chave do sistema monetário internacional.

### 11.2 O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: PADRÃO-OURO<sup>3</sup>

A noção usual de que o padrão-ouro foi durante longo tempo o fundamento do sistema monetário internacional não corresponde à realidade. Na verdade, apenas durante algumas décadas – entre 1870 e 1914 – é possível identificar a adesão das principais nações ao padrão-ouro.

O uso do metal como matéria do meio de troca é bastante antiga. A prata e o ouro se consolidaram, por suas características físicas e pelo valor que lhes era atribuído, como os metais mais frequentemente utilizados para a cunhagem de moedas. Muitas vezes, os nomes das moedas correspondiam ao peso de metal contido em uma unidade monetária (como é o caso da libra que, além de ser a moeda inglesa, designa também uma unidade de medida de peso: 1 libra corresponde a 453,49 gramas). Na Idade Média europeia, a prata predominou como meio de circulação, cabendo ao ouro a função de meio de pagamento de grandes transações (pois havia alguma dificuldade para fundir moedas de ouro de pequeno valor).

No século XIX, foi frequente a prática do bimetalismo: um exemplo típico é o da França em que vigorava a relação, em peso, de 15,5 de prata para 1 de ouro. Alguns países adotavam apenas a prata (como os estados alemães, o Império Austro-Húngaro, os países

escandinavos, a Rússia e o Extremo Oriente). Por várias décadas apenas a Grã-Bretanha teve o ouro como lastro de sua moeda.<sup>4</sup> A adoção generalizada do padrão-ouro respondeu a alguns fatores. Por um lado, o bimetalismo oferecia alguma dificuldade para sua gestão. Qualquer mudança que um país promovesse no grau de pureza da moeda (ou seja, na quantidade efetiva do metal na unidade monetária)<sup>5</sup>, provocava a expulsão da moeda de um país para outro. Para evitar esse tipo de problema, em 1865 foi formada a União Monetária Latina (englobando França, Bélgica, Itália, Suíça e, mais tarde, Grécia). No entanto, em consequência da guerra franco-prussiana (cujo fim coincide com a unificação alemã em 1870-1871, envolvendo a conquista de territórios franceses e uma grande indenização de guerra), vários países suspenderam a conversibilidade de suas moedas, colocando em questão o bimetalismo.

Por outro lado, o crescente papel da Grã-Bretanha no comércio mundial era uma forte razão para outros países aderirem ao padrão-ouro. Por exemplo, o Império Alemão, logo após sua constituição em 1870, aboliu a cunhagem de prata e adotou o ouro como base da nova moeda – o marco. É provável que o fato de grande parte do comércio alemão se realizar por Londres tenha induzido a essa decisão, pois facilitaria as transações desses países.

Com a adoção do padrão-ouro pelas duas maiores economias da época – Grã-Bretanha e Alemanha – outros países foram levados a seguir o mesmo caminho: Dinamarca, Noruega, Suécia e a União Monetária Latina o fizeram ainda na década de setenta; Áustria-Hungria e Itália, embora não tenham assumido formalmente o padrão-ouro, ao fim do século XIX haviam atrelado suas moedas às dos países que o seguiam; os Estados Unidos abandonaram progressivamente a prata como base de sua moeda e, em 1879, ao retomarem a conversibilidade, adotaram na prática o padrão-ouro; Rússia e Japão, no fim do século XIX, também se integraram ao grupo do padrão-ouro, e a Índia, ao atrelar sua moeda à libra, indiretamente vinculava-se ao padrão-ouro.

Na América Latina também houve algumas tentativas de adoção do padrão-ouro na Argentina, no México, no Peru e no Uruguai; o Brasil, entre 1906 e 1914, emitiu papel moeda conversível em libras – por meio da chamada Caixa de Conversão – aproximando-se

4. Admite-se que a adoção do padrão-ouro na Grã-Bretanha ocorreu por um erro de Sir Isaac Newton: a entrada do ouro brasileiro no século XVIII havia tornado mais barato esse metal diamante da prata. Newton, como funcionário da Casa da Moeda, alterou a relação entre ouro e prata na moeda britânica, porém atribuiu ao ouro um valor relativamente maior do que o estabelecido pelo mercado. Por isso, a prata foi expulsa da circulação: o ouro supervalorizado permitia comprar quantidades de prata que eram trocadas por quantidades superiores de ouro no mercado ou em outros países. Essa situação ficou conhecida como a Lei de Gresham, em que "a moeda ruim expulsa a moeda boa". Assim, pela prática da arbitragem, somente o ouro permaneceu em circulação na Grã-Bretanha (EICHENGREEN, 2000, p.33-35).

5. O conteúdo metálico da libra esterlina, em épocas anteriores, foi definido em 1,555 gramas, sendo 92,5% de prata e 7,5% de cobre e outros metais de menor valor. Se a porcentagem da prata – o grau de pureza – fosse reduzida, o "valor" da moeda também se reduziria e haveria um movimento para se ajustar a esse novo "valor" da moeda, por exemplo, pela troca por moedas de outros países.

3. Este tópico se baseia amplamente em EICHENGREEN (2000) e TRIFFIN (1968).

indiretamente do padrão-ouro. A circulação de prata manteve-se apenas na China e em alguns países da América Central.

Como se justifica esse rápido deslocamento em direção ao padrão-ouro? A descoberta e exploração de novas minas de ouro e o peso da doutrina econômica dominante podem ser arguidos para explicar o fato. Mais importante parece ser o predomínio britânico na economia mundial à época (em especial na esfera financeira), que lhe dava uma posição central nas trocas internacionais: ter uma moeda definida no mesmo padrão da moeda britânica facilitaria as trocas entre esses países e daria maior estabilidade ao sistema monetário. Eichengreen explica essa tendência ao padrão-ouro com base na noção de "externalidade de rede": o fato de Grã-Bretanha e Alemanha definirem suas moedas no padrão-ouro criava "economias externas" para os demais países que seguissem esse padrão.<sup>6</sup> Em suma, por essas razões, o padrão-ouro foi a forma dominante de definição da maior parte das moedas nacionais no núcleo da economia do mundo ocidental entre 1870 e 1914. Isso não quer dizer que a circulação monetária nesses países consistisse exclusivamente em moedas cunhadas em ouro. Cabe, portanto, definir com cuidado o que era o padrão-ouro.

A noção fundamental é de que, no padrão-ouro, a unidade monetária de um Estado Nacional é definida em termos da quantidade de ouro que ela contém; por exemplo, a unidade monetária padrão da Grã-Bretanha antes de 1914 - libra ouro - continha 113,0016 grãos de ouro (cada grão corresponde a 0,0648 gramas). Uma parte da moeda em circulação poderia ser constituída por moedas de ouro; porém isto não era necessário à definição do padrão-ouro. O essencial é que a autoridade monetária (no caso da Grã-Bretanha, o Banco da Inglaterra) garantisse a *convertibilidade* do papel moeda em circulação por ouro, quer dizer, que o portador de uma nota representativa de libras pudesse ir à autoridade monetária e receber dela a quantidade correspondente de ouro. Para tanto, a autoridade monetária deve manter uma *reserva* em ouro, suficiente para garantir o direito de conversão do papel-moeda. Essa reserva não precisaria ser "integral": ou seja, não era preciso manter uma quantidade de ouro que correspondesse exatamente ao papel-moeda em circulação; ela poderia ser proporcional desde que suficiente para garantir a conversão em ouro para aqueles portadores que eventualmente procurassem a autoridade monetária (pois é improvável que todos os portadores de papel-moeda solicitassem a conversão em ouro ao mesmo tempo). Na verdade, mais do que a reserva em ouro, o padrão-ouro era garantido pela confiança do público de que a conversão seria realizada.

6. O exemplo típico de externalidade de rede é a adoção generalizada dos sistemas criados pela Microsoft: embora haja sistemas alternativos, o fato de grande parte dos usuários ter adotado os da Microsoft induz os novos usuários a utilizá-los pelas facilidades (ou economias) que isso oferece em termos de acesso, aprendizado, troca de informações e, por que não, de "pirataria" de programas.

Assim, o padrão-ouro admitia algumas variações quando se trata concretamente dos sistemas monetários nacionais. Eichengreen identifica alguns "modelos" de funcionamento do padrão-ouro com base na forma do *meio circulante doméstico* e na forma das *reservas* (lastro), como segue:

Meio Circulante com predominância de moedas de ouro; Reservas mantidas também em ouro: Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos.

Meio Circulante com predominância de moedas de ouro; Reservas sob a forma de divisas (moedas) estrangeiras: Rússia, Austrália, África do Sul e Egito.

Meio Circulante sob a forma de ouro, prata, moedas representativas (outros metais) e papel-moeda; Reservas mantidas em ouro: Bélgica e Suíça.

Meio Circulante sob a forma de ouro, prata, moedas representativas (outros metais) e papel-moeda; Reservas com predominância de divisas estrangeiras: Áustria-Hungria, Japão, Holanda, Escandinávia e algumas colônias britânicas.

Meio Circulante sob a forma de ouro, prata, moedas representativas (outros metais) e papel-moeda; Reservas totalmente em divisas estrangeiras: Filipinas, Índia e países latino-americanos (EICHENGREEN, 2000, p.46).

Uma regra adicional dizia respeito à emissão de moeda: dada a própria definição do padrão-ouro, a circulação monetária de um país deveria aumentar (ou diminuir) de acordo com o aumento (ou a diminuição) das reservas de ouro da autoridade monetária. Esta regra, nem sempre seguida rigorosamente, era a base "teórica" para a compensação dos desequilíbrios internacionais. Ou seja, o padrão-ouro, além de fundamento dos sistemas monetários nacionais definia, ao menos teoricamente, o funcionamento de um sistema monetário internacional.

O ponto de partida desse "sistema" (que não existia propriamente como um sistema, ou seja como algo organizado conscientemente e dotado de regras formais) era a definição de taxas de câmbio fixas entre as diferentes moedas: se cada moeda se definia pela quantidade de ouro que continha (e essa quantidade de ouro não variava no tempo), a relação entre essas moedas - ou seja, a taxa de câmbio - também era fixa. Por exemplo: como a libra continha 113,0016 grãos de ouro e o dólar americano, 23,22 grãos, cada libra "valia" US\$ 4,86656; ou seja a taxa de câmbio era fixa e estabelecida no valor aproximado de US\$ 4,87 por libra.<sup>7</sup>

O funcionamento "teórico" do padrão-ouro previa o reajustamento automático dos desequilíbrios internacionais, garantindo a estabilidade da economia internacional. O mecanismo básico já havia sido descrito por David Hume no século XVIII e se fundava no fluxo internacional de moedas (ou de ouro) em função de desequilíbrios na balança

7. O grão é uma antiga unidade de medida de peso. Para o ouro (e outros metais preciosos) corresponde a 0,0648 gramas.

comercial. Consideremos dois países - Portugal e Inglaterra como no exemplo clássico de David Ricardo - cujas moedas sejam definidas pelas regras do padrão-ouro. Se a Inglaterra teve um déficit em sua balança comercial com Portugal (ou seja, o valor de suas importações foi maior do que o de suas exportações), vai haver uma saída de ouro (sob a forma de moedas ou barras) para pagar essa diferença aos portugueses. Diz a regra do padrão-ouro:

à saída de ouro da Inglaterra deve corresponder uma redução do meio circulante no país porque suas reservas em ouro diminuiram;  
o inverso deve ocorrer no caso de Portugal: com a entrada de ouro nas reservas, deve haver um aumento do meio circulante proporcional ao aumento das reservas;

consequentemente, e admitindo-se a adequação da Teoria Quantitativa da Moeda<sup>8</sup> às condições da época, haveria uma redução dos preços na Inglaterra e um aumento dos preços em Portugal;

o resultado desse movimento dos preços seria: redução das importações inglesas (pois seus produtos ficaram relativamente mais baratos do que os portugueses) e aumento de suas exportações para Portugal (pelo mesmo motivo). Obviamente, nesse comércio bilateral, o inverso ocorreria com Portugal. Assim, esse movimento se processaria até que o equilíbrio inicial fosse corrigido (o déficit inglês e o superávit português seriam eliminados, conduzindo novamente ao equilíbrio do comércio entre esses dois países).

É importante notar que, segundo a doutrina, o reequilíbrio das relações comerciais internacionais ocorreria pelo respeito às "regras" do padrão-ouro (definição da unidade monetária e da regra de emissão) e manteria as taxas de câmbio fixas. Cabe indagar até que ponto essas regras foram seguidas na realidade.

Robert Triffin, a partir de alguma evidência empírica, colocou em questão o funcionamento das regras do padrão-ouro. Observou, por exemplo, que os níveis de preços dos diferentes países tiveram movimentos paralelos (subiram ou desceram ao mesmo tempo) e não divergentes como sugerido pela doutrina do padrão-ouro (ou seja, dado um déficit da Inglaterra com Portugal, os preços ingleses declinariam e os portugueses se elevariam). Do mesmo modo, observou que as exportações dos diferentes países cresceriam ou declinavam paralelamente (e não tinham movimentos opostos como sugeria

a teoria do padrão-ouro: para compensar o déficit inglês, suas exportações deveriam subir e as portuguesas, declinar). Ou seja, na realidade, os desequilíbrios externos deveriam estar sendo superados por mecanismos diferentes daqueles previstos na teoria do padrão-ouro. Nesse sentido, Triffin observa os fluxos internacionais de capitais e a ação dos bancos centrais.

Ao fim do século XIX já existia um sistema financeiro internacional razoavelmente desenvolvido: os capitais, principalmente de Grã-Bretanha, França e Alemanha, dirigiam-se a várias partes do mundo (Europa, América, Ásia, Oceania). Mas havia também movimentos de capitais, inclusive de curto prazo, entre os principais países europeus. Assim, Triffin admite que os desequilíbrios comerciais foram enfrentados principalmente pelo movimento internacional de capitais. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos: durante grande parte do século XIX, o país foi deficitário em sua balança comercial, pois investia pesadamente na construção de sua infraestrutura. Para tanto contou principalmente com recursos de empréstimos britânicos para o governo (em seus diversos níveis, inclusive o municipal). Mas há também um movimento de capitais de curto prazo induzido pelas políticas dos bancos centrais. Se a Grã-Bretanha sofria um déficit em sua balança comercial, o Banco da Inglaterra podia elevar as taxas de juros, de modo a atrair capitais de outros países a fim de superar o déficit. Este era (como é até hoje) um instrumento utilizado para cobrir desequilíbrios externos. Outra possibilidade, no caso de uma balança comercial deficitária, era a adoção de uma política monetária restritiva: por meio de operações de redesconto ou de mercado aberto, era possível reduzir o meio circulante sem afetar a reserva de ouro. Assim, a redução dos preços e o ambiente recessivo tenderiam a eliminar o déficit comercial pela redução das importações (TRIFFIN, 1968, p.18-21).

Apesar desses desvios em relação ao modelo de fluxos de moedas do padrão-ouro, a noção de que o padrão-ouro foi uma base eficaz para as moedas nacionais e para o sistema monetário internacional se consolidou inclusive em parte da literatura acadêmica. A que atribuir esse prestígio do padrão-ouro?

Para Eichengreen, o que sustentou o padrão-ouro, mais do que as virtudes do modelo ou as reservas de ouro, foi a credibilidade que o sistema adquiriu a partir do compromisso dos diferentes governos com a garantia da conversibilidade das moedas em ouro. A tese desse autor vai adiante, pois se indaga a razão pela qual foi possível definir a conversibilidade como a prioridade na gestão dos sistemas monetários nacionais. Sua resposta aponta na direção política: não havia pressão contrária à conversibilidade por parte daqueles mais afetados por suas consequências. A conversibilidade, por meio das taxas de câmbio fixas, afetava, na emergência de uma crise externa, o nível de produto e emprego, atingindo principalmente os trabalhadores. Mas estes não eram suficientemente organizados (em partidos socialistas ou trabalhistas), nem havia ainda o sufrágio universal (nem um sufrágio amplo, pois as mulheres estavam excluídas e, com frequência, havia exigência de comprovação de propriedade para ser eleitor): desse modo, políticas recessivas não

8. A versão simples da Teoria Quantitativa da Moeda é expressa pela identidade:  $MV = PT$  em que:  $M$  = quantidade de moeda em circulação;  $V$  = velocidade de circulação da moeda;  $P$  = nível de preços e  $T$  = número de transações ocorridas no período (por vezes,  $T$  é substituído por  $Y$  = nível de renda ou do produto do país em questão). A teoria admite que  $V$  e  $T$  são constantes, ou seja, que a velocidade de circulação da moeda não se altera em período curtos, por expressar hábitos de pagamentos e instituições relativamente rígidas, e que  $T$  ou  $Y$  expressam o nível de produto de pleno emprego. Assim, variações na quantidade de moeda se refletiriam proporcionalmente em variações nos preços. Embora com maior sofisticação, essa noção permanece até hoje nas explicações monetaristas da inflação.

encontravam maior resistência da parte de suas maiores vítimas, ou seja, aqueles que perdiam seus empregos (EICHENGREEN, 2000, p.57-60).<sup>9</sup>

Por todas essas razões o padrão-ouro vigorou amplamente no período 1870-1913. No entanto, algumas partes do mundo não puderam adotá-lo, por maior esforço que fizessem nessa direção. Genericamente, podemos dizer que a periferia da economia mundial de fins do século XIX e começo do século XX permaneceu à margem do padrão-ouro.

Celso Furtado já havia apontado as dificuldades de economias primário-exportadoras, como a brasileira na segunda metade do século XIX, de se adaptarem às regras do padrão-ouro. Como o setor externo representava, nessas economias, grande parcela do produto nacional, um déficit externo (por declínio das exportações) teria efeitos catastróficos: as reservas necessárias para cobrir o déficit externo teriam de ser muito grandes em relação ao tamanho da economia<sup>10</sup> e a saída de ouro provocaria uma tal redução do meio circulante que o impacto recessivo seria brutal. Desse modo, as tentativas das economias periféricas de se adequar ao padrão-ouro foram rapidamente destruídas pela emergência de crises externas (FURTADO, 1968, Cap. XXVII). A regra na periferia foi não o padrão-ouro, e sim sistemas monetários fundados na emissão de moeda fiduciária, moeda essa sujeita a amplas flutuações em seu valor (fora do padrão de taxa de câmbio fixa).

Embora seja usual referir-se ao padrão-ouro como fundamento do sistema monetário internacional entre 1870 e 1914, é importante notar que foi a libra esterlina, e não o ouro, que deu liquidez ao sistema.<sup>11</sup> A libra esterlina foi a moeda-chave do sistema monetário internacional e os saldos britânicos em conta corrente forneceram a liquidez necessária à expansão da economia internacional. Além disso, os bancos ingleses - a City de Londres - eram os principais agentes do financiamento das correntes de comércio e dos investimentos internacionais. Esse papel de "banqueiro do mundo" garantiu à Grã-Bretanha um papel proeminente na economia mundial, apesar de seu declínio como principal potência industrial. E o fato de a libra esterlina ser aceita como moeda chave do sistema monetário internacional foi fundamental para garantir essa posição britânica.

9. Eichengreen desdobra esse argumento na seguinte direção: taxas de câmbio fixas só foram viáveis enquanto a representação política foi restrita; à medida que essa se ampliou, na direção do sufrágio universal, outros objetivos - em especial o pleno emprego - se sobrepuseram à conversibilidade da moeda (ou às taxas de câmbio fixas), levando à adoção de taxas de câmbio variáveis. Mas esta discussão se coloca para períodos posteriores ao examinado neste capítulo.

10. Essas reservas teriam de ser constituídas a partir de saldos das exportações sobre as importações: ou seja, uma parte do esforço produtivo (representado pelas exportações) seria imobilizada sob a forma de reservas, não podendo ser utilizada produtivamente (por exemplo, para importação de bens de produção). Por isso, Furtado entende que as reservas representariam, para as economias periféricas, um enorme investimento improdutivo da sociedade com a finalidade de se adequar às regras do padrão-ouro.

11. Convém relembrar Triffin que vai além ao observar o crescimento do sistema bancário no período e a expansão da moeda de crédito: "Ao fim, o século XIX pode ser descrito de modo bem mais acurado como o século de um emergente e crescente padrão de moeda de crédito e da eutanásia das moedas de ouro e de prata do que como o século do padrão-ouro" (TRIFFIN, 1968, p.21).

Os eventos relacionados à Primeira Guerra Mundial levaram à inconversibilidade de quase todas as moedas vinculadas ao padrão-ouro. A necessidade de recursos para os governos conduziram as operações de guerra levou a emissões de moeda em grande volume. Se a conversibilidade fosse mantida, haveria uma corrida pela troca do papel-moeda em ouro (já que o público perceberia a tendência à desvalorização dessas moedas) e o rápido esgotamento das reservas metálicas que lhe serviam de lastro. Ao fim da guerra, procurou-se o retorno ao padrão-ouro e à conversibilidade das moedas. Como veremos na próxima parte deste livro, as tentativas de reconstrução do padrão-ouro foram difíceis e efêmeras, sendo, ao fim, atropeladas pela crise de 1929 e pela grande depressão dos anos 1930.

### 11.3. O COMÉRCIO E O FLUXO INTERNACIONAL DE CAPITAIS ENTRE 1870 E 1913

A Grã-Bretanha, como pioneira da Revolução Industrial, situou-se no centro da economia mundial ao longo do século XIX. No entanto, as mudanças que se processaram após 1870 indicam o declínio relativo do comércio britânico no plano internacional e o surgimento de centros financeiros que, sem desbancar a City londrina, passaram a ter intensa atividade nas relações financeiras internacionais.

As características do comércio internacional após 1870 foram afetadas tanto por mudanças na esfera produtiva sintetizadas na noção de Segunda Revolução Industrial como por mudanças na política comercial dos principais países industriais.

A Segunda Revolução Industrial demandou novas matérias-primas e insumos, aumentando correntes de comércio e promovendo a crescente integração ao mercado mundial de regiões que, até então, participavam marginalmente dele. Desse modo, após 1870 observa-se alguma mudança na distribuição regional do comércio mundial e também a incorporação ao comércio de mercadorias até então desconhecidas ou de pouca importância econômica.

Por outro lado, a emergência de novas economias industriais e a consolidação de alguns Estados Nacionais colocou em pauta a mudança da tendência dominante da política comercial no mundo.

Pode-se dizer que em torno de 1860, o comércio mundial se aproximava da situação de "livre comércio": na Grã-Bretanha, o combate ao protecionismo teve seu marco, em 1846, com a derrogação da Lei dos Cereais (que estabelecia tarifas sobre a importação de trigo); revisões tarifárias em 1853 e 1860 reduziram a 48 os produtos sujeitos a tarifas e eliminaram todas as outras. Na França, o marco da liberalização do comércio foi o Tratado de Comércio com a Grã-Bretanha de 1860 (conhecido como Cobden-Chevalier, em referência aos diplomatas que o concluíram),<sup>s</sup> que reduziu, no comércio bilateral, as tarifas até então existentes para a entrada de produtos na França. As condições desse tratado foram a seguir repetidas pela França em acordos com outros países europeus como a Bélgica,

a Holanda, a Espanha, Portugal, Suíça, Suécia e o *Zollverein* (união aduaneira dos estados alemães). Assim, entre 1860 e 1880, o comércio entre as principais nações europeias foi realizado sem grandes barreiras alfandegárias, ou seja, nas condições propostas pelos defensores do livre-comércio.

A partir de 1880, essa tendência ao liberalismo nas relações comerciais internacionais sofreu profunda reversão em direção ao protecionismo. É possível apontar algumas razões para essa mudança na política. Talvez a mais importante seja a industrialização que avançava em vários países nesse período: de um lado, intensificava-se o anseio pela industrialização a justificar o destaque dado às teses que defendem o protecionismo como instrumento para o desenvolvimento industrial.<sup>12</sup> A noção de que a "indústria nascente" necessitava de proteção até que atingisse um grau de desenvolvimento que a permitisse competir com a indústria de outras nações é particularmente relevante nesse momento de consolidação das industrializações retardatárias. A crescente competição, no plano internacional, entre as indústrias mais antigas e as nascentes reforçava o apelo ao protecionismo. A esse argumento central agregam-se outros como o nacionalismo emergente, em especial como resultado dos processos de unificação da Alemanha e da Itália, processos esses que também exigiram a ampliação das receitas fiscais (em parte obtidas com as tarifas aduaneiras) para sustentar o esforço das nações envolvidas em guerras.

Alguns eventos específicos parecem ter detonado o retorno ao protecionismo. A Grande Depressão de 1873-1896, que teve como efeito uma redução generalizada dos preços (e dos lucros), estimulou a elevação de barreiras alfandegárias como recurso para barrar a deflação no interior de cada país (na medida em que se associava o declínio dos preços à concorrência internacional). E a crescente entrada de cereais norte-americanos e russos na Europa Ocidental, deprimindo os preços desses produtos, gerou reação dos agricultores que se viam prejudicados pela concorrência de países mais produtivos. Esses eventos conduziram, em vários países, a uma aliança entre empresários da indústria nascente e proprietários rurais/agricultores na defesa de um protecionismo mais ou menos generalizado (ou seja, não apenas para os produtos manufaturados, mas também para a produção agrícola). Entre 1880 e 1913 apenas a Grã-Bretanha, a Holanda e a Dinamarca mantiveram-se fiéis ao livre-comércio. Nos demais países em que havia alguma industrialização, medidas protecionistas foram adotadas em graus e naturezas distintas.

Na França, a Câmara eleita em 1877 já tinha grande maioria protecionista e conseguiu aprovar, em 1881, a revisão das tarifas com substancial aumento dos impostos sobre as importações. Mas o governo tentou evitar o impacto das novas tarifas por meio de tratados comerciais com vários países. Somente em 1892, uma revisão tarifária (conhecida como

12. A defesa da industrialização e do protecionismo ficou associada, nos Estados Unidos, a Alexander Hamilton (1757-1804) e, na Alemanha, a Friedrich List (1789-1846). Deste último é a obra *Sistema Nacional de Economia Política*, de 1841, uma defesa da proteção à indústria nascente, em oposição às teses favoráveis ao livre-comércio então dominantes.

Tarifa Méline) conseguiu garantir proteção para produtos agrícolas e manufaturados. Já a lei tarifária de 1910 voltou-se mais diretamente à proteção para a indústria, aumentando a tarifa sobre os manufaturados e isentando matérias-primas.

Na Alemanha, até 1879 prevaleceram tarifas liberais vigentes desde a época do *Zollverein*. Os grandes proprietários rurais - os *junkers* - queriam evitar tarifas que pudessem interferir em suas exportações de trigo. Mas diante da concorrência do trigo norte-americano, os *junkers* passaram a apoiar uma política protecionista mais geral que incluísse também o seu produto. A resistência do governo em aprovar tarifas mais elevadas foi vencida não só pela pressão política dos grupos interessados nessa mudança; o próprio governo consituído com a unificação alemã precisou criar novas fontes de receitas porque os Estados federais absorveram grande parte dos tributos existentes. Assim, em 1879 foi aprovada uma primeira revisão que impôs tarifas moderadas sobre produtos agrícolas e industriais; entre 1883 e 1888, houve aumento de tarifas sobre os grãos importados; finalmente, em 1902, uma revisão geral das tarifas definiu um padrão típico do protecionismo - tarifas elevadas sobre a importação de manufaturados e de produtos agrícolas, mas isenção de tarifas para as matérias-primas. Ou seja, o protecionismo não implica a adoção de uma tarifa geral única elevada e sim de tarifas seletivas de acordo com a destinação do produto: tarifas elevadas sobre matérias-primas necessárias à indústria teriam o efeito de reduzir ou mesmo anular a proteção dada à indústria do país.

Também os Estados Unidos incorporaram a tendência à elevação das tarifas alfandegárias. Isso já se verificou na década de 1860, pois a arrecadação do imposto sobre importação foi usada para financiar a guerra civil. A taxa média da tarifa alfandegária subiu de 37%, em 1862, para 47%, em 1864. As tarifas flutuaram em torno desse valor até 1890, quando a Lei McKinley elevou a proteção para uma média de 50%. A uma breve redução, em 1894, seguiu-se nova elevação para o nível médio de 57%. O caso norte-americano é mais um exemplo do ambiente protecionista em que se realizava o comércio internacional entre 1870 e 1913.

Os impactos da Segunda Revolução Industrial e do protecionismo se somaram no sentido de promover mudanças nos fluxos do comércio mundial no período em foco. É certo que o comércio entre os países da Europa era, tanto na década de 1870 como em 1913, amplamente dominante no plano internacional, abarcando, nos dois momentos, mais de 60% do comércio mundial. Há, porém, um pequeno declínio que corresponde ao aumento da participação da América do Norte, da América Latina e da África, aumento este justificado pela crescente integração dessas áreas como fornecedoras de matérias-primas e alimentos e, conseqüentemente, também como importadores de produtos manufaturados (Tabela 11.2).

Igualmente importante é notar que a natureza das mercadorias objeto de comércio nas várias regiões também era bastante distinta: a participação das exportações de produtos primários e de manufaturados por região mostra claramente o caráter da divisão internacional do trabalho à época (Tabela 11.3).

**TABELA 11.2**  
Distribuição regional do comércio mundial, 1876-1913

REGIÃO	1876-1880 (%)		1913 (%)		Total
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	
Europa	64,2	69,6	58,9	65,1	62,0
América do Norte	11,7	7,4	14,8	11,5	13,2
América Latina	6,2	4,6	8,3	7,0	7,6
Ásia	12,4	13,4	11,8	10,4	11,1
África	2,2	1,5	3,7	3,6	3,7
Oceania	3,3	3,5	2,5	2,4	2,4
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: KENWOOD & LOUGHEED (1992), p.81.

**TABELA 11.3**  
Participação dos produtos primários e manufaturados no comércio das regiões: 1913 (%)

REGIÕES	EXPORTAÇÕES DE PRIMÁRIOS	EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS
Reino Unido	30,3	69,7
Europa noroeste	48,0	52,0
Europa - outros	75,6	24,4
EUA/Canadá	74,1	25,9
Subdesenvolvidos	89,1	10,9
Mundo	61,8	38,2

Fonte: KENWOOD & LOUGHEED (1992), p.89.

Os casos extremos permitem evidenciar o caráter da divisão internacional do trabalho: no Reino Unido, quase 70% de suas exportações consistiam em produtos manufaturados; já nos países subdesenvolvidos, 89% de suas exportações provinham de produtos primários. Nas demais regiões, há menor disparidade entre exportações de primários e manufaturados porque aí já há países industrializados, mas também áreas importantes de produção agrícola para exportação. O exemplo dos Estados Unidos é marcante, porque em 1913, ao lado de um setor industrial forte, há um vasto setor agrícola exportador (que se soma à produção agrícola do Canadá no dado da Tabela 11.3).

Convém notar que os países subdesenvolvidos (América Latina, Ásia, África, Oceania) absorviam 40% dos manufaturados negociados no comércio internacional em 1913. Ou seja, embora fossem essencialmente exportadores de produtos primários, tinham importante papel como importadores de manufaturados no comércio mundial.

A essa assimetria entre países industrializados e subdesenvolvidos no comércio internacional se agregava outra: a que aparecia no movimento internacional de capitais. Já indicamos o declínio da participação da Grã-Bretanha no comércio mundial de mercadorias: entre 1876-1880, Reino Unido e Irlanda respondiam por 37,8% desse comércio; em 1913, por apenas 25,3%. Mas também mostramos como os déficits na balança comercial britânica eram compensados pelos serviços e pelas rendas de capitais investidos no exterior. A economia britânica foi a que mais investiu na economia mundial à época: os países Alemanha, reafirmando a assimetria existente na economia mundial à época: os países subdesenvolvidos, além de produtores e exportadores de produtos primários, eram também os receptores dos capitais internacionais. No pólo oposto, os principais produtores e exportadores de manufaturados eram também os exportadores de capitais. Embora, à primeira vista esse fato possa parecer óbvio, ele reflete características fundamentais dessas economias: a produção de um excedente de capitais nas industrializadas e a escassez de capitais nas subdesenvolvidas.

Os investimentos externos dos países exportadores de capitais em 1914 eram estimados num total de 9,5 bilhões de libras e estavam assim distribuídos (KENWOOD & LOUGHEED, 1992, p.27):

Grã-Bretanha: 4,1 (43%)	Bélgica, Holanda, Suíça: 1,1 (12%)
França: 1,9 (20%)	Estados Unidos: 0,7 (7%)
Alemanha: 1,2 (13%)	Outros: 0,5 (5%)

Esses investimentos externos se distribuíam pelas várias regiões do mundo: a primazia inicial dos investimentos na própria Europa foi cedendo lugar para aplicações na América e na Ásia. Os dados para 1914 (num total de 9,43 bilhões de libras) indicam essa tendência (KENWOOD & LOUGHEED, 1992, p.28).

Europa: 2,5 (27%)	Ásia: 1,5 (16%)
América do Norte: 2,3 (24%)	África: 0,83 (9%)
América Latina: 1,8 (19%)	Oceania: 0,5 (5%)

Os valores dos investimentos estrangeiros dos países industrializados são expressivos: estima-se, por exemplo, que o capital investido fora do Reino Unido em 1909 correspondesse a cerca de 20% do capital investido dentro do país (FEIS, 1964, p.14). Embora essa estimativa seja bastante precária, ela permite situar a magnitude dos investimentos externos no conjunto da economia.<sup>13</sup>

13. Em obra mais recente, Hirst e Thompson sugerem que os fluxos de capitais externos (quando comparados ao PIB) decresceram do início do século até a década de 1980. Para a Inglaterra, a relação entre fluxos de capital e PIB declinou de 6,61%.

Os investimentos externos concentraram-se em alguns tipos de aplicações, como podemos observar no caso da Grã-Bretanha em 1913:

**TABELA 11.4**  
Investimentos externos da Grã-Bretanha (1913)

Empréstimos a governos (nacionais ou municipais)	1.125,0 milhões de libras
Títulos de empresas ferroviárias	1.531,0 milhões de libras
Títulos de empresas de mineração	272,8 milhões de libras
Empresas financeiras e de colonização	244,2 milhões de libras
Comércio e Indústria	155,3 milhões de libras
Outros	435,0 milhões de libras
Total	3.763,3 milhões de libras

Fonte: FEIS (1964), p.27.

Esses investimentos externos britânicos tiveram o seguinte destino:

**TABELA 11.5**  
Destino de investimento externo da Grã-Bretanha (1913)

IMPÉRIO BRITÂNICO	FORA DO IMPÉRIO
Canadá e Terra Nova: 524,9 milhões de libras	Estados Unidos: 754,6 milhões de libras
Austrália e Nova Zelândia: 416,4 milhões de libras	América Latina: 756,6 milhões de libras
África do Sul: 370,2 milhões de libras	Europa: 218,6 milhões de libras
Índia e Ceilão: 378,8 milhões de libras	Outros: 253,5 milhões de libras
Outros: 89,7 milhões de libras	
Total: 1.780,0 milhões de libras	Total: 1.983,3 milhões de libras

Fonte: FEIS (1964), p.23.

Os investimentos externos britânicos não se dirigiram apenas às suas colônias e domínios; Estados Unidos e América Latina também receberam volumosos recursos. No caso dos Estados Unidos, principalmente por meio de empréstimos utilizados na construção de sua infraestrutura. Já na América Latina, investimentos ferroviários e empresas de mineração tinham como finalidade facilitar o fornecimento de matérias-primas e alimentos para as economias industrializadas da Europa. Esses investimentos se concentraram na Argentina, no Brasil, no México e no Chile.

em 1905-1914 para 1,10%, em 1982-1986. Ou seja, o mercado financeiro internacional antes da Primeira Guerra já tinha uma dimensão significativa em relação às economias nacionais (HIRST & THOMPSON, 1998, p.53).

Os capitais franceses e alemães que se dirigiram ao exterior elegeram a própria Europa como seu destino preferencial. A Rússia foi o principal destino dos capitais franceses; o Império Austro-Húngaro, a Rússia e os países balcânicos as áreas preferidas pelos capitais alemães. Nos dois casos, investimentos também foram feitos em suas colônias, porém seus valores indicam que não havia uma preferência pelas áreas coloniais.

Um breve balanço da economia internacional entre 1870 e 1914 aponta na direção de profundas mudanças. O amplo predomínio da Grã-Bretanha foi colocado em questão pela afirmação de outras economias industriais: estas passaram a rivalizar com a britânica de modo a reduzir substancialmente sua participação nos fluxos do comércio mundial. Paralelamente, houve enorme expansão do sistema financeiro internacional: antes tinha suas operações limitadas quase exclusivamente a empréstimos para governos estrangeiros; depois de 1870, os investimentos externos também se dirigiram a empresas produtivas, em especial estradas de ferro. Ações, debêntures e outros tipos de títulos eram lançados nos principais mercados financeiros da Europa e negociados nas bolsas de valores (em especial Londres, Paris e Berlim). As operações financeiras internacionais, bastante restritas até 1870, ganharam em volume e em importância na dinâmica da economia mundial.

Mas na esfera internacional ocorreram outras mudanças igualmente importantes e, de certo modo, mais visíveis: a expansão colonial do fim do século XIX que deu origem às polémicas a respeito do Imperialismo. Temas que tratamos no próximo capítulo.

## REFERÊNCIAS

- EICHENGREEN, B. (2000). *A Globalização do Capital (Uma História do Sistema Monetário Internacional)*. São Paulo: Editora 34.
- FEIS, H. (1964). *Europe, the World's Banker, 1870-1914*. New York: Augustus M. Kelley.
- FURTADO, C. (1968). *Formação Econômica do Brasil*. 8ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- HIRST, P. & THOMPSON, G. (1998). *Globalização em Questão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HOBSBAWM, E. (1978). *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. (1992). *The Growth of the International Economy, 1820-1990. An Introductory Text*. 3ª ed., London; New York: Routledge.
- LANDES, D. (2005). *Prometeu Desacorrentado*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier.
- MITCHELL, B.R. (1994). *British Historical Statistics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- TRIFFIN, R. (1968). *Our International Monetary System: Yesterday, Today, and Tomorrow*. New York: Random House.

## Capítulo 12

### O IMPERIALISMO E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é considerada um marco histórico fundamental: para alguns historiadores representa o divisor entre o século XIX e o século XX. As mudanças políticas, econômicas e sociais posteriores a 1918 – em parte decorrentes da própria guerra – sugerem ser o século XX uma época histórica distinta do que foi o século XIX. Por outro lado, a noção de Imperialismo apareceu no século XIX em conexão com a expansão territorial das principais potências europeias e, em especial, com o chamado neocolonialismo: o amplo movimento de conquista e criação de colônias em vastas áreas do mundo (principalmente África e Ásia) no final do século. Se, de início, a noção de Imperialismo se associou à criação dos Impérios coloniais, a seguir ganhou conotação mais ampla e polêmica que procurou relacionar o impulso para a expansão das grandes potências com as características mais gerais de sua economia e sociedade. Nacionalismo, protecionismo, colonialismo, exportação de capitais, concentração do capital são elementos que, de certo modo, condicionam as relações entre as potências europeias ao fim do século XIX num ambiente de crescente conflito entre elas e que culmina com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. É o que procuramos evidenciar neste capítulo.

#### 12.1 O IMPERIALISMO E A EXPANSÃO COLONIAL EUROPEIA DE FINS DO SÉCULO XIX

Embora a noção de Império seja bastante antiga – basta lembrar o Império Romano, um entre tantos impérios com registro na história da humanidade –, o termo Imperialismo começou a ser utilizado com frequência apenas no século XIX. Ele apareceu na França na década de 1830 para indicar as ideias dos defensores do antigo Império Napoleônico; mais tarde, ainda na França, ressurgiu com significado crítico às pretensões “imperiais” de Napoleão III (autodenominado imperador). Mas foi ao final do século XIX que o termo Imperialismo ganhou força: em primeiro lugar, como forma oficial de expressar a política

de expansão colonial - ou seja, de constituição de impérios - que dominou as ações de várias potências europeias (e ainda dos Estados Unidos e do Japão); também nas justificativas e na defesa da própria expansão colonial; e, finalmente, sob a forma de análises dessa realidade, em geral críticas à política imperialista. Assim, as noções de Império e Imperialismo ficaram associadas à dominação que um Estado exerce sobre outro Estado ou nação. Por isso, o imperialismo foi identificado, antes de mais nada, com a expansão colonial do final do século XIX.

Alguns Estados europeus modernos já haviam constituído impérios coloniais (mesmo que formalmente não assumissem essa denominação) à época do mercantilismo: primeiro, Portugal e Espanha, seguidos por Holanda, Inglaterra e França. Na América, grandes territórios foram conquistados e transformados em colônias (Brasil, América Espanhola, Antilhas, América do Norte); na África e na Ásia, a colonização se caracterizou mais pela presença de feitorias comerciais, com reduzido esforço no sentido da ocupação de territórios. Do fim do século XVIII ao começo do XIX observou-se o início da "descolonização", especialmente da América, em que várias colônias conquistaram sua independência, afirmando-se como Estados autônomos: eram os casos dos Estados Unidos, das colônias espanholas e do Brasil.

Com frequência, admite-se que grande parte do século XIX foi marcada pelo declínio do colonialismo: a descolonização da América, a ausência de uma política de expansão colonial pelas principais potências e a ascensão do liberalismo (com sua condenação aos monopólios, à intervenção do Estado etc.) justificam essa percepção. É certo que algumas ações de anexação foram praticadas nesses anos: a Grã-Bretanha, entre 1840 e 1870, promoveu a colonização de vários territórios como Nova Zelândia, Costa do Ouro, Hong-Kong, Natal, Serra Leoa e Transvaal; a França ampliou seu território colonial no século XIX (até 1870) com a anexação da Argélia, de partes do Senegal, da Indochina, da Nova Caledônia e do Taiti. De certo modo, Estados Unidos e Rússia também promoveram anexações territoriais, embora o tenham feito em áreas continentais vizinhas ao território previamente ocupado. É certo que esta expansão colonial anterior a 1870 não teve a dimensão daquilo que ocorreu depois, especialmente a partir de 1880, justificando a noção de declínio do colonialismo numa era em que predominava o livre comércio.<sup>1</sup>

A amplitude da anexação territorial posterior a 1880 pode ser indicada pelo fato de que, em 1914, 90% da área da África estavam ocupados sob a forma de colônias, o mesmo ocorrendo com 99% da área da Oceania e 56% da Ásia. No caso da Ásia, alguns impérios tradicionais, como a China e a Pérsia, não foram objeto de anexação formal por nenhuma potência europeia, embora a maior parte de seus territórios tenha sido partilhada em zonas de influência dessas potências.

1. Essa visão foi contestada por autores que identificam no período a vigência do que chamam de "imperialismo do livre-comércio"; tratamos dessa corrente de historiadores no Capítulo 7 deste livro.

Na África, a Grã-Bretanha constituiu as colônias da União Sul-Africana, Rodésia (do Norte e do Sul), Bechuanalândia, Uganda, Quênia, Somália Britânica e Nigéria. O Egito, embora não fosse formalmente uma colônia, estava sob controle britânico, assim como o Sudão (este, em condomínio com o Egito). As colônias francesas eram Marrocos, Argélia, África Ocidental e África Equatorial Francesa, Somália Francesa e Madagascar. Portugal e Espanha haviam retido pequenas partes de seu antigo império na África, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Marrocos Espanhol, Rio do Ouro e Guiné Equatorial; a Alemanha, que entrara mais tarde na corrida colonial, conquistou Camarões, África Oriental Alemã e Namíbia. A Itália, após o fracasso em sua tentativa de domínio sobre a Etiópia, formou um pequeno império colonial com a Líbia, a Eritreia e a Somália Italiana. Caso particular foi o do Congo, dominado e explorado inicialmente como propriedade pessoal do rei belga, Leopoldo II.

Na Ásia, também se registrava a presença dominante da Grã-Bretanha, principalmente em função da Índia, peça central do Império Britânico, aos quais agregava, por exemplo, Ceilão (Singapura), Birmânia e Malásia como elementos de proteção ao domínio da Índia. A França tinha sua colônia mais importante na Indochina (Laos, Camboja, Vietnã) e a Holanda, nas ilhas de Sumatra, Java, Bornéu. Estados Unidos (Filipinas) e Japão (Formosa/Taiwan, em 1895, e Coreia, em 1910) também marcaram sua presença. Portugal manteve pequenos enclaves comerciais de seu velho império como Diu e Goa, na costa da Índia, e Macau, na China.

A Oceania também foi amplamente dividida, cabendo ainda uma vez à Grã-Bretanha a parcela maior com a Austrália e a Nova Zelândia; nas ilhas do Pacífico, Alemanha, França, Estados Unidos também estiveram presentes.

Uma síntese dos principais domínios coloniais e de sua abrangência pode ser visualizada na Tabela 12.1.

O quadro é bastante eloquente por si próprio: a grande potência colonial era a Inglaterra que englobava tipos variados de territórios: se a Índia era a "joia da coroa" (somando grande área e população), colônias "brancas", mas semi-independentes, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia contavam para a enorme área do império colonial britânico. A França, como a Grã-Bretanha, controlava um território colonial muito maior do que o da metrópole, abrangendo população também bastante superior. Já os extensos territórios coloniais alemães não comportavam população tão densa. A Bélgica, cujo território metropolitano é muito limitado, tinha em sua única colônia - o Congo - área muito superior à da metrópole e o dobro da população metropolitana. A Holanda mantivera colônias bastante populosas na região asiática; já Portugal tinha na África - Angola e Moçambique - suas principais áreas coloniais. A Itália teve uma aventura colonial de pouco sucesso e para os Estados Unidos a área colonial tinha reduzida expressão. O quadro não considera as colônias japonesas que, em 1914, incluíam Taiwan e Coreia, áreas amplas e populosas diante do quadro da metrópole.

**TABELA 12.1**  
Impérios coloniais do mundo, 1914

	NÚMERO DE COLÔNIAS	SUPERFÍCIE (MIL KM²)	SUPERFÍCIE (MIL KM²)	POPULAÇÃO (MILHARES)	POPULAÇÃO (MILHARES)
		Metrópoles	Colônias	Metrópoles	Colônias
Reino Unido	55	310	30.901	46.053	391.583
França	29	532	10.550	30.602	62.350
Alemanha	10	536	3.158	64.926	13.075
Bélgica	1	28	2.335	7.571	15.000
Portugal	8	90	2.063	5.960	9.680
Holanda	8	33	1.957	6.102	37.410
Itália	4	285	1.516	32.239	1.396
EUA	6	7.766	323	98.781	10.021

Fonte: FRIEDLANDER & OSER (1957), p.342.

Quais as razões que teriam induzido as principais nações industrializadas a promover a anexação de amplos territórios ultramarinos?

Nos países colonizadores foram apresentadas, à época, algumas justificativas para o domínio de povos "atrasados". Por exemplo, atribuiu-se às nações desenvolvidas (e brancas) o dever de transmitir aos povos atrasados as conquistas da civilização europeia. Sob uma aparência humanitária, estava implícito nesse "dever" a noção de que as raças brancas (europeias) deveriam dominar os povos "atrasados" em razão de sua superioridade física, intelectual e cultural.<sup>2</sup>

Razões de ordem religiosa também foram levantadas: levar o cristianismo aos povos da África e da Ásia era uma missão a ser cumprida pelos europeus. Embora não se possa atribuir aos missionários uma pressão efetiva para a expansão colonial, é inegável que a possibilidade de ampliar sua área de ação dependia da conquista de novos territórios.

Não se deve desprezar ainda o impacto político da própria conquista dos novos territórios. Alguns procuravam divulgar a noção de um "Imperialismo Social": a expansão externa poderia gerar benefícios econômicos para atender, direta ou indiretamente, às massas descontentes das metrópoles. Os benefícios efetivos foram poucos; mesmo assim o "Imperialismo Social" podia atrair o apoio de certos grupos à expansão colonial. Mas, para Hobsbawm:

Muito mais relevante era a conhecida prática de oferecer aos eleitores a glória, muito mais que reformas onerosas: e o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças

2. Expressão típica dessa postura é o poema de Rudyard Kipling, "O Fardo do Homem Branco" (1899).

de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los. De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas e, sobretudo, as potencialmente descontentes, a se identificarem ao Estado e à nação imperial, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse Estado justificação e legitimidade. (HOBSBAWM, 1988, p.105-106)

Embora os argumentos acima possam parecer meras justificativas ideológicas para a expansão colonial, não podemos ignorar a sua relevância: a superioridade dos povos europeus, a missão religiosa e a glória da conquista podiam produzir a adesão de diferentes parcelas da população à empresa de colonização de modo a sustentar a política dos Estados imperialistas. No entanto, essas razões são insuficientes para a compreensão de um fenômeno tão amplo quanto o imperialismo.

Questões estratégicas também são levantadas para explicar o impulso expansionista. Em particular, admite-se que as conquistas britânicas na África tinham o objetivo de defender as rotas para a Índia contra eventuais ameaças de outras potências. No plano político, cabe lembrar que, a conquista colonial adquiria, no final do século XIX, significado distinto do que tivera, por exemplo, na época mercantilista:

Já não se tratava, como até então, de adquirir territórios no ultramar para a exploração econômica ou para a colonização, e sim de expansão e apropriação de territórios ultramarinos com a intenção declarada de abandonar o status de potência europeia e se converter em potência mundial, aproveitando as possibilidades econômicas, as vantagens estratégicas e, inclusive, o "material humano" das colônias para fortalecer a própria posição de domínio nacional. Em tudo isso, jogava um importante papel a convicção de que só as nações capazes de se transformarem em impérios se imporiam no futuro. (MOMMSEN, 1971, p.11)

Evidentemente, o desejo de vários países se afirmarem como potências mundiais expressava a emergência e a consolidação, no final do século XIX, dos novos países industriais em condições de competir com a Grã-Bretanha. Este aspecto político do colonialismo no final do século XIX permite entender porque colônias que tinham muito pouco a oferecer em termos econômicos às metrópoles (caso da colonização italiana da Eritreia, entre outras), foram mantidas como tal por longos períodos.

No entanto, não se deve excluir a importância das razões econômicas para entender o imperialismo: interesse econômico imediato pode ser identificado em muitos casos. As transformações da produção industrial nas últimas décadas do século XIX criaram a necessidade de fontes de novas matérias-primas e insumos industriais, muitos deles encontrados nas áreas que foram objeto de colonização ou em áreas formalmente livres, porém fortemente ligadas às nações industriais. Por exemplo: o petróleo, embora explorado à época principalmente nos Estados Unidos e na Rússia, já tinha nas reservas do Oriente Médio um atrativo importante; a borracha, nativa do Congo e da Amazônia, passou a ser

cultivada na Malásia britânica; o estanho era encontrado na Ásia e na América do Sul; o cobre, na África e na América do Sul, assim como outros metais não ferrosos. Metais preciosos e diamantes também foram importante atrativo para as potências industriais, justificando o interesse pelo território da África do Sul. Além disso, o crescimento da população urbano-industrial e do consumo de massa exigia crescentes volumes de alimentos como cereais e carne (da América do Sul, da Rússia e da Austrália), de açúcar, chá, café, cacau e também frutas tropicais produzidos nas antigas e novas zonas coloniais. Ao anexar um território capaz de fornecer alguns desses produtos, uma nação industrial garantia o seu abastecimento pelo monopólio exercido sobre o comércio colonial.

Em alguns casos, esse interesse imediato era de algum grupo empresarial metropolitano que induziu a ação colonizadora dos governos europeus. A conquista dos Camarões pela Alemanha de Bismarck atendeu ao pedido de duas firmas comerciais de Hamburgo que desejavam mercados para seus produtos e matérias-primas necessárias; a França estabeleceu protetorados na Tunísia e no Marrocos para proteger os investimentos de agentes financeiros e portadores de títulos franceses; algo semelhante ocorreu com a Grã-Bretanha em relação ao Egito, pois seu controle das finanças daquele país se deu a partir do não pagamento de dívidas. Mais nítida foi a influência de Cecil Rhodes e de outros investidores ingleses sobre o governo de seu país para a colonização de regiões da África como o Transvaal e a Rodésia (que não teve esse nome por mera coincidência). Em suma, é inegável que em muitas aventuras coloniais havia um interesse econômico imediato a estimular a anexação de novos territórios.

No entanto, como vimos no capítulo anterior, as principais potências europeias também se voltaram para áreas não coloniais; aliás, os investimentos externos não se dirigiram majoritariamente às novas áreas coloniais (na África e na Ásia). Em 1914, os investimentos britânicos nos Estados Unidos e na América Latina absorviam 40% do total (20% em cada área); as áreas semi-independentes do Império (Canadá, Austrália, Nova Zelândia), 25% e Índia, Ceilão e África do Sul, 20% (os outros 15% pela Europa e outras partes do mundo). Os investimentos externos franceses, no mesmo ano, concentravam-se na própria Europa (38%), cabendo às áreas coloniais cerca de 11% (FEIS, 1964, p.23-48).

A busca de campo de investimento em países independentes, porém não industrializados, sugere que o impulso para a expansão externa das principais potências industriais não se limitava à conquista de colônias. Por isso, a análise do Imperialismo, na perspectiva econômica, não deve se restringir ao colonialismo: é preciso propor uma visão mais ampla da economia mundial do período. Ou seja, é preciso investigar as razões econômicas que, ao lado das de outras ordens, sustentaram a expansão externa das economias industrializadas do final do século XIX e início do século XX. De certo modo, esta questão esteve no centro das polêmicas mais agudas a respeito do Imperialismo nas primeiras décadas do século XX, que procuramos, ao menos em parte, tratar a seguir.

## 12.2. POLÊMICAS A RESPEITO DO IMPERIALISMO NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Como vimos, nas metrópoles a colonização era justificada com diversos tipos de argumentos: transmissão das conquistas da civilização europeia, superioridade da raça branca sobre as demais, difusão do cristianismo. Argumentos de ordem econômica – como o Imperialismo Social – também foram mobilizados a fim de justificar as conquistas coloniais. No entanto, eram justificativas e não explicações que buscassem as raízes da expansão colonial. Nas polêmicas sobre o imperialismo, as razões de ordem econômica tiveram maior relevo e adquiriram, em geral, caráter crítico à projeção externa das potências europeias. A rigor, as polêmicas sobre o imperialismo se travavam em torno de duas questões principais: 1) qual a causa da expansão externa das economias capitalistas? 2) qual o impacto sobre as economias coloniais?

Uma das primeiras obras que adotou uma postura crítica e ganhou notoriedade foi a do jornalista e economista inglês, John A. Hobson, publicada em 1902 sob o título *Imperialismo, um estudo*.<sup>3</sup> Procurando as raízes da expansão colonial britânica, Hobson entendia tratar-se de fruto da enorme concentração de renda nas mãos das classes proprietárias que se verificava na Grã-Bretanha. Hobson afirmava que essa concentração gerava, por meio de elevada poupança, um excedente de capital que não encontrava campo de investimento no território britânico. E explicava: os ricos não consumiam toda a renda obtida, ao passo que o consumo dos pobres, mesmo que implicasse o gasto de toda a sua renda, era insuficiente para ocupar a capacidade instalada e induzir novos investimentos. Concluiu Hobson: a constituição de colônias tinha o objetivo principal de encontrar os mercados necessários à absorção do excedente de capital, ampliando o restrito campo de investimento da metrópole. No entanto, Hobson lembrava que a “chave econômica do Imperialismo” (título do Capítulo 6 de sua obra) era a concentração de renda vigente na metrópole, concentração essa indesejável por si própria, mas que estava na raiz da tendência expansionista.

Em suma, a crítica de Hobson ao imperialismo situava a raiz do fenômeno nas condições econômicas e sociais da Grã-Bretanha. Porém, não considerava que essa condição fosse inerente ao capitalismo. Consequentemente, admitia que a reforma social, ao elevar o nível de renda da população trabalhadora, por meio da redistribuição da renda global, eliminaria o impulso expansionista que caracterizava o imperialismo britânico: ao elevar a demanda de consumo dos trabalhadores, gerava oportunidades de investimento dentro da Grã-Bretanha. Então, afinal, qual seria a razão para o Imperialismo ter se sustentado naquelas décadas de transição para o século XX? Hobson defendia que a manutenção de

3. Hobson escreveu essa obra depois de sua viagem à África do Sul, em 1900, para, como jornalista, cobrir a Guerra dos Boers. A decisão de escrever o livro deve estar relacionada à impressão causada pelos eventos que presenciou.

políticas expansionistas era resultado da pressão de pequenos grupos que se beneficiavam dessa política supostamente nacional:

“O imperialismo não procura favorecer os interesses do conjunto da nação, e sim o de determinados grupos sociais que impõem, para seu lucro pessoal, tal política ao país” (HOBSON, 1981, p.321). Incluem-se nesses grupos missionários, viajantes, desportistas, cientistas, comerciantes e os agentes das finanças internacionais que, para garantir sua ação no exterior, mobilizavam recursos militares, políticos e financeiros da Grã-Bretanha. Em suma, Hobson via na expansão imperialista britânica a defesa de interesses privados por meio da utilização de recursos públicos. Ou seja, o imperialismo representava um “fardo” para o conjunto da economia e da sociedade britânica em benefício de poucas pessoas ou grupos.

Por outro lado, Hobson também era crítico da forma pela qual se estabelecia o domínio nas colônias, ao identificar claramente uma situação de exploração das então chamadas “raças inferiores”:<sup>4</sup>

Os brancos que governam as raças inferiores atuam claramente como parasitas: vivem dos indígenas e seu principal trabalho é organizar a mão de obra destes para sua manutenção. O que normalmente ocorre nesses países é que as terras mais férteis e os recursos minerais são propriedade dos estrangeiros brancos, que a mão de obra é nativa e que aqueles dirigem e exploram esta mão de obra. Os europeus não se identificam nem com os interesses do país nem com os de sua população. Eles são uma espécie de grupo estranho de residentes temporários, parasitas que se alimentam do cadáver de seus “anfitriões”, que não vão ali senão para extrair riqueza do país estrangeiro para logo retirar-se e consumi-la em seu próprio país. (HOBSON, 1981, p.261)

Em suma, para Hobson o Imperialismo era pernicioso tanto para a metrópole como para as colônias. Como o Imperialismo não era inerente ao capitalismo (em especial, à Grã-Bretanha), a reforma social, com a elevação do nível de renda da população mais pobre, seria suficiente para suprimir o ímpeto dos capitais britânicos para a expansão externa e os males por ele causados.

Perspectiva distinta era adotada pelos autores de inspiração marxista, pois estes viam o impulso para a expansão colonial como decorrente da própria natureza do capitalismo e não como algo que pudesse ser suprimido por reformas sociais. Apesar disso, havia grandes divergências no entendimento do imperialismo e em suas implicações de ordem política.

Rosa Luxemburgo, em seu livro *A Acumulação de Capital*, publicado em 1913 (LUXEMBURG, 1985), procurou mostrar que a expansão do capitalismo dependia do

4. Ao identificar os povos coloniais como “raças inferiores”, Hobson parece admitir que os europeus teriam uma missão “civilizatória” nas colônias, embora não concordasse com a forma pela qual a colonização era feita à época.

acesso a mercados externos pré-capitalistas.<sup>5</sup> Sua tese central se baseava na análise dos esquemas de reprodução da economia capitalista elaborados por Marx em *O Capital* e gerou acirrada polêmica à época.<sup>6</sup> Aqui nos limitamos a expor brevemente o principal argumento da autora de modo bastante simplificado.

Numa economia capitalista, para que ocorra a reprodução ampliada – ou seja, o aumento da produção de um período para o outro – é preciso um aumento da produção de bens de produção (máquinas, matérias-primas etc.) que ampliará a capacidade produtiva. Mas para haver aumento da produção de meios de produção é preciso desviar uma parte do trabalho da sociedade da produção de bens de consumo. Mas a demanda por bens de produção é derivada – ou seja, ela se destina à produção de bens de consumo. Como a produção de bens de consumo deve cair para ampliar a de bens de produção, não haverá motivo para induzir os capitalistas a adquirirem novos bens de produção. Essa era a contradição apontada por Rosa Luxemburgo no esquema de reprodução ampliada, contradição que poderia ser superada com a demanda de mercados externos (ou seja, não capitalistas) por bens de produção.

Desse modo, para que as economias capitalistas pudessem crescer era necessária a existência de um mercado externo, no sentido de uma economia pré-capitalista (que poderia ser inclusive uma área atrasada dentro do próprio país capitalista).

Com base nesse argumento, Luxemburgo explicava o Imperialismo e, em particular, a conquista de colônias, tipicamente organizadas em bases pré-capitalistas, pelas principais potências industriais da época. E ia além: para que as áreas coloniais – atrasadas, fundadas em relações pré-capitalistas – pudessem atender a essa necessidade das economias capitalistas era preciso que elas próprias se transformassem em economias capitalistas (capazes de absorver as mercadorias que a metrópole não absorvia e, adicionalmente, de produzir matérias-primas e insumos necessários à indústria metropolitana). Por isso, o Imperialismo promovia a luta contra a “economia natural” (aquela que se destina apenas à satisfação das próprias necessidades) e a luta contra a “economia camponesa” (em que grande parte do consumo é provida pelo próprio produtor), a fim de capacitá-las a absorver o

5. Quando se refere a mercados externos à economia capitalista Rosa Luxemburgo não pensa em termos de fronteiras de Estados Nacionais, e sim no caráter da economia: por exemplo, dentro da Grã-Bretanha, o setor capitalista poderia contar com um “mercado externo” representado por atividades organizadas em bases pré-capitalistas.

6. Na reprodução simples, a economia reproduz, em cada período, os níveis de produção e consumo dos períodos anteriores. A produção de meios de produção repõe o que foi utilizado no período e a de bens de consumo atende ao consumo de capitalistas e trabalhadores. No caso da reprodução ampliada, dada a hipótese de crescimento da produção de um período a outro, a produção de meios de produção deve suprir a crescente necessidade de meios de produção para o período seguinte. Rosa Luxemburgo entendia que, no caso da reprodução ampliada, uma economia capitalista era incapaz de encontrar os compradores para a crescente produção de meios de produção, daí a necessidade de mercados externos. Na *Anticrítica* escrita por Rosa Luxemburgo, ela rebateu críticas apresentadas à época, por O. Bauer e G. Eckstein. Após a morte de Luxemburgo, outros autores trataram de sua tese: N. Bukharin, F. Sternberg, H. Grossman e P. Sweezy (SINGER, 1985, p.XLI).

excedente metropolitano. Mas, quando isso ocorrer, elas próprias se tornarão capitalistas e passarão a ser vítimas do desequilíbrio inerente às economias capitalistas, não podendo mais exercer esse papel de mercados externos. Concluiu Rosa Luxemburgo: quando todas as áreas pré-capitalistas tiverem sido absorvidas, a acumulação de capital será colocada em xeque e o fim do capitalismo se tornará uma necessidade lógica e histórica. Mas dizia ela, antes que isso ocorra, o capitalismo já estará fragilizado e a transformação socialista se tornará inevitável.

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento, essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo - daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta. (LUXEMBURG, 1985, p.320)

A obra de Rosa Luxemburgo gerou vasta polêmica entre os marxistas, polêmica essa centrada na compreensão da lógica dos esquemas de reprodução e de suas implicações. No entanto, em relação ao imperialismo, a obra que se tornou mais influente procurou um caminho distinto: em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin não se envolveu na polêmica dos esquemas de reprodução. Aparentemente menos ambiciosa do que a obra de Rosa Luxemburgo enquanto elaboração teórica - seu subtítulo é "Ensaio Popular" -, a obra de Lênin propôs uma visão peculiar do Imperialismo que teve grande influência à época e nas obras posteriores sobre o tema.

Em Lênin, o Imperialismo não se caracteriza apenas como a formação de impérios (por meio da conquista de colônias), e sim como um novo e peculiar estágio de desenvolvimento do capitalismo:

"Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo" (LÊNIN, 1986, p.641). Nessa definição estariam presentes tanto o capital financeiro de alguns grandes bancos monopolistas, em fusão com arranjos monopolistas de empresas industriais, como a divisão do mundo numa política colonial de posse monopolística de territórios até então não ocupados por nenhum poder capitalista.

A partir dessa definição, Lênin arrola as principais características do Imperialismo:

- a) a concentração da produção e do capital em grau tão elevado que criou monopólios que exercem um papel decisivo na vida econômica;
- b) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, com base nesse "capital financeiro", de uma oligarquia financeira;
- c) a exportação de capitais, que se tornou extremamente importante distinguindo-se da exportação de mercadorias;
- d) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- e) a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1986, p.642).

Essas características do Imperialismo sintetizam transformações ocorridas nas economias industriais a partir de 1870 cujo elemento central, de acordo com Lênin, é o caráter crescentemente monopolista da economia: na atividade produtiva, com base na concentração da produção (fruto da acumulação de capital e associada às mudanças técnicas inerentes à segunda revolução industrial); na constituição do capital financeiro, fundado na consolidação de alguns grandes bancos em ligação com o capital industrial; na partilha dos mercados mundiais entre monopólios capitalistas que se vinculam à própria partilha do mundo entre as potências capitalistas.

Nesse quadro, Lênin situa a exportação de capitais como algo necessário ao capitalismo em sua fase imperialista:

No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação de capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme "excedente de capital" nos países avançados.

Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este "argumento" é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. A possibilidade de exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série

de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para sua colocação lucrativa. (LÊNIN, 1986, p.621-622)

Embora Rosa Luxemburgo e Lênin situem a raiz do Imperialismo na esfera econômica, suas análises são distintas: Luxemburgo entende que o capitalismo, em qualquer época, é incapaz, em sua expansão, de gerar os mercados para a crescente produção (daí a necessidade de mercados externos). Já para Lênin, o Imperialismo corresponde a uma fase do capitalismo em que o campo de investimento se mostra cada vez mais res- trito e o capital acumulado busca, no exterior, lucros mais elevados. Ambos diferem de Hobson, pois entendem que a reforma social seria incapaz de suprimir o Imperialismo, ou seja, a tendência à expansão das economias capitalistas em direção a regiões menos desenvolvidas.

Lênin vai mais além, pois afirma que o capitalismo em sua fase monopolista - isto é, o imperialismo - manifestaria clara tendência à estagnação e ao parasitismo. As práticas monopolistas tenderiam a conter artificialmente o progresso técnico a fim de usufruir mais longamente dos ganhos extraordinários decorrentes dos preços de monopólio. Por outro lado, a enorme acumulação de capital sob a forma de dinheiro levaria à ampliação de uma camada de "rentistas" (ou seja, daqueles que vivem das rendas obtidas apenas com a aplicação de seu capital), imprimindo uma marca de parasitismo ao país. A valorização social do "rentismo" e da ociosidade que está a ele associada tenderiam a acentuar a tendência à estagnação inerente ao caráter monopolista da economia. Em suma, ao Imperialismo corresponderia a tendência à estagnação das economias capitalistas.

E quanto às economias coloniais, qual era o impacto do Imperialismo?

Rosa Luxemburgo e Lênin afirmavam que haveria o desenvolvimento do capitalismo nessas áreas coloniais, até como condição para que atendessem aos objetivos do Imperialismo. Lênin é enfático ao expor, por exemplo, as implicações da exportação de capitais:

A exportação de capitais repercute no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. (LÊNIN, 1986, p.623)

Evidentemente, como críticos do capitalismo, essa afirmação não implicava qualquer avaliação positiva do Imperialismo. Pelo contrário, ambos mostravam que o

desenvolvimento do capitalismo nas áreas coloniais se fazia com base na violência. Para Rosa Luxemburgo:

A existência e o desenvolvimento do capitalismo só foram possíveis, desde o início, graças a uma expansão constante em novos domínios da produção, ou em novos países. Essa expansão conduz, no entanto, a uma colisão de interesses entre o capital e as formas pré-capitalistas de sociedade, por força da referida tendência universal do capital. Daí resultam a violência, a guerra, as revoluções. Em resumo: o capitalismo alimenta-se, do princípio ao fim, apenas de catástrofes. (LUXEMBURG, 1985, p.399)

Não era diferente a avaliação de Lênin:

O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países "avançados". A partilha desse "saque" efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque. (LÊNIN, 1986, p.582)

Se a defesa do Imperialismo, como indicamos no início deste capítulo, se fazia em nome de seu caráter "civilizador" (ao levar o progresso da civilização ocidental às "raças inferiores"), a crítica do Imperialismo afirmava sua natureza violenta e a tendência a subjugar as populações periféricas. Desse modo, ao longo do século XX, o termo *imperialismo* ficou, em grande medida, associado à noção de "exploração" das populações periféricas (tema que voltou à tona depois da Segunda Guerra Mundial nas discussões a respeito do subdesenvolvimento e da dependência).

As polémicas a respeito do Imperialismo entre os marxistas envolveram outra questão, esta de natureza política. Como exposto acima, para Rosa Luxemburgo e Lênin, o imperialismo expressava a crescente dificuldade do capitalismo em manter as condições para a acumulação de capital. Para Rosa Luxemburgo, as contradições do desenvolvimento do capitalismo levariam inevitavelmente à sua destruição. Lênin também via o Imperialismo como "capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante" (LÊNIN, 1986, p.669). No entanto, não cabia esperar a crise final do capitalismo (como acreditavam que viria a ocorrer) e sim aproveitar a oportunidade para levar adiante a revolução socialista. Se a postura revolucionária agregou importantes parcelas do movimento socialista, ela não foi unânime, pois muitos socialistas recusavam a revolução como o caminho para o socialismo.<sup>7</sup>

7. Um exemplo importante é o do alemão Eduard Bernstein (1850-1932), marxista e militante do Partido Social Democrata. Em 1899 Bernstein rompeu com o marxismo ao admitir que o desenvolvimento capitalista poderia elevar o padrão de

As polémicas em torno do Imperialismo refletem, em grande medida, um momento histórico crítico na história do capitalismo (do qual a Primeira Guerra Mundial é expressão notória) e para o movimento socialista. No entanto, muitas das concepções emanadas desse debate resistiram ao tempo como se observa pela concepção do Imperialismo de Hobsbawm:

O imperialismo do final do século XIX foi indubitavelmente "novo". Foi produto de uma era de concorrência entre economias industrial-capitalistas rivais, fato novo e intensificado pela pressão em favor da obtenção e da preservação de mercados num período de incerteza econômica; em suma, foi uma era em que "tarifas alfandegárias e expansão tornam-se a reivindicação comum às classes dirigentes". Foi parte de um processo de abandono de um capitalismo de políticas públicas e privadas de *laissez-faire*, o que também era novo, e implicou o surgimento de grandes sociedades anônimas e oligopólios, bem como a crescente intervenção do Estado nos assuntos econômicos. O imperialismo pertencia a um período em que a parte periférica da economia mundial tornou-se crescentemente significativa. Foi um fenômeno que pareceu tão "natura" em 1900 como teria parecido implausível em 1860. (HOBBSBAMM, 1988, p.110)

É nesse quadro que se pode situar a emergência de conflitos que culminaram com a Primeira Guerra Mundial.

### 12.3 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Já indicamos que, ao lado de razões de ordem econômica, havia motivos políticos para o expansionismo dos principais Estados europeus. Hobsbawm reafirma essa noção:

Uma vez que as potências rivais começaram a recortar o mapa da África ou da Oceania, cada uma delas tentou, naturalmente, evitar que uma porção excessiva (ou uma parcela particularmente atraente) fosse para outras mãos. Uma vez que o *status* de grande potência se associou, assim, à sua bandeira tremulando em alguma praia bordada de palmeiras (ou, mais provavelmente, em áreas cobertas de arbustos secos), a aquisição de colônias se tornou um símbolo de status em si, independente de seu valor. Por volta de 1900, até os Estados Unidos, cujo tipo de imperialismo nunca antes, nem depois, fora especialmente associado à posse de colônias formais, sentiram-se obrigados a adotar o modelo. A Alemanha ficou profundamente ofendida por uma nação tão poderosa e dinâmica como ela possuir uma parte notavelmente menor de território colonial

vida do proletariado. Assim, os partidos socialistas deveriam abandonar as propostas revolucionárias e buscar a melhoria gradual da situação econômica e política do proletariado.

que os britânicos e franceses, embora também a importância econômica de suas colônias fosse pouca, e a estratégica ainda menor. (HOBBSBAMM, 1988, p.102)

Essa tendência expansionista das potências europeias no final do século XIX era vista, por contemporâneos, como elemento potencial de conflito entre esses Estados. Em 1894, Max Weber já indicava o risco inerente à situação europeia:

Apenas a absoluta falta de visão política e o otimismo ingênuo podem impedir que se reconheça que as inevitáveis tendências expansionistas político-comerciais dos povos civilizados burgueses conduzem de novo, após um período de competição aparentemente pacífica, à encruzilhada em que só a força decidirá o grau de participação de cada nação no domínio da terra e com isso o raio de ação de sua população, especialmente do potencial de ganho de sua classe trabalhadora. (apud MOMMSEN, 1971, p.13)

É certo que a eclosão da Primeira Guerra Mundial não foi resultado imediato de um conflito decorrente das "tendências expansionistas político-comerciais". Conflitos efetivos desse tipo não ocorreram com frequência, pois a diplomacia quase sempre evitou a trans-formação de disputas territoriais em guerras.<sup>8</sup> No entanto, nas relações entre os Estados europeus que se envolveram na Primeira Guerra Mundial não estão ausentes as disputas inerentes à expansão colonial e ao domínio de mercados de países independentes.<sup>9</sup>

O evento que forneceu o pretexto para o início da guerra é bastante conhecido: o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando de Habsburgo, herdeiro do trono da Áustria-Hungria, na cidade de Sarajevo (na Bósnia-Herzegovina), no dia 28 de junho de 1914.

8. Um exemplo em que um conflito degenerou em guerra foi a chamada Guerra dos Boers (1899-1902), travada na África do Sul, e que envolveu a Grã-Bretanha e os boers. No século XVII, a Holanda estabeleceu uma colônia na região do Cabo da Boa Esperança. Em torno de 1800, os ingleses assumiram o governo da Colônia do Cabo; porém, havia ali uma população de origem holandesa (os chamados boers) que, procurando escapar ao controle britânico, migrou para outras áreas da África do Sul, fundando repúblicas boers. A descoberta de ouro e diamantes atraiu imigrantes ingleses a essas regiões e levou a Grã-Bretanha a decretar a anexação desses territórios ao Império em 1877. A resistência dos boers impediu que essa anexação ocorresse, porém os conflitos entre ingleses e boers não cessaram. Em 1899, teve início a chamada "Guerra dos boers" que terminou com a vitória inglesa e a transformação do Transvaal e do Estado Livre de Orange (ambos repúblicas boers) em colônias do Império Britânico.

9. Lênin era enfático ao escrever o prefácio às edições francesa e alemã de seu livro sobre o imperialismo: "No livrinho prova-se que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das 'esferas de influência' do capital financeiro etc. É que a prova do verdadeiro caráter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação objetiva das classes dirigentes em todas as potências beligerantes" (LÊNIN, 1986, p.58). Contra a tese de Lênin, Kaustsky propôs a "teoria do ultraimperialismo" que "em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente", situação em que a guerra não seria mais inerente ao imperialismo (LÊNIN, 1986, p.663).

O assassino, um estudante, era sérvio o que levou o governo austríaco a declarar guerra à Sérvia. Como um conflito localizado entre dois países que não se situavam entre os maiores potências pode se transformar na Primeira Guerra Mundial?<sup>10</sup> Em outras palavras, qual a relação entre a Primeira Guerra Mundial e o Imperialismo?

O apoio imediato da Alemanha à Áustria foi decisivo, pois acionou a diplomacia europeia, organizada em torno de dois blocos cujo objetivo era preservar o equilíbrio de poder entre as potências europeias. Em 1882, fora constituída a Tríplice Aliança pela Alemanha, Áustria-Hungria e Itália; do outro lado, em 1907 concluiu-se a Tríplice Entente que agrupava França, Rússia e Reino Unido. Esta se iniciara em 1894 por meio de uma aliança entre a França e a Rússia; avançara em 1904 com a Entente Cordiale, entre o Reino Unido e a França, de modo que, em 1907, concluiu-se o acordo entre essas três potências. Quando a Rússia mobilizou suas tropas disposta a defender a Sérvia, a Alemanha declarou guerra à primeira e o sistema de alianças entrou em movimento. Em poucas semanas a guerra já envolvia os dois blocos. Cabe lembrar que a Itália, embora vinculada à Tríplice Aliança, havia se aproximado da França e, ao iniciar a guerra, aliou-se a franceses, russos e britânicos. Como se formaram esses dois blocos e quais seus fundamentos? Para Hobsbawm, nas últimas décadas do século XIX:

Gradualmente a Europa foi se dividindo em dois blocos opostos de grandes nações. Tais blocos, fora de uma guerra, eram novos em si mesmos e derivavam, essencialmente, do surgimento no cenário europeu de um Império Alemão unificado, constituído entre 1864 e 1871 por meio da diplomacia e da guerra, às custas dos outros, e procurava se proteger contra seu principal perdedor, a França, através de alianças em tempos de paz, que geraram contra-alianças. (HOBBSBAMM, 1988, p.431)

Desse modo, Alemanha e França se situavam necessariamente em lados opostos: a unificação alemã impusera derrota à França no campo de batalha e ainda a perda dos territórios da Alsácia e da Lorena. A aliança da Alemanha e da Áustria (ou do Império Austro-Húngaro) respondia ao objetivo alemão de se fortalecer em caso de algum conflito. A França, por seu turno, encontrou na Rússia aliado diante dos conflitos de interesses dos russos com o Império Austro-Húngaro na região dos Balcãs.

A posição da Grã-Bretanha em relação aos dois blocos era decisiva, já que a Itália pesava pouco a favor da Alemanha e da Áustria na Tríplice Aliança. A diplomacia alemã agiu no sentido de manter a neutralidade britânica; por outro lado, os antecedentes apontavam

10. O conflito envolveu, do lado dos "aliados", França, Reino Unido, Rússia, Itália, Estados Unidos, Japão, Romênia, Sérvia, Montenegro, Grécia, Portugal e Brasil. Do lado dos "impérios centrais", Alemanha e Áustria-Hungria, com apoio de Turquia e Bulgária. O Brasil entrou na guerra em 1917, após terem sido afundados vários navios brasileiros. A principal ação brasileira foi o patrulhamento naval no Atlântico Sul; não houve envio de tropas para a Europa.

alguns conflitos da Grã-Bretanha contra a França e a Rússia, a sugerir ser difícil a aproximação entre eles. Com a França, havia uma rivalidade antiga, marcada, por exemplo, pelas guerras napoleônicas. Além disso, na expansão colonial, Grã-Bretanha e França tiveram alguns conflitos que, embora não tenham se transformado em guerras, apontavam dificuldades nas relações entre os dois países: no Egito, na questão do Canal de Suez, no incidente de Fachoda (1898, no Sudão) e em disputas territoriais na África. Em relação à Rússia, havia também um conflito anterior - a Guerra da Crimeia, em meados do século XIX - e também divergências recentes em relação aos Balcãs, à Ásia (Afeganistão e Irã) e a expansão russa em direção à Índia, vista como uma ameaça pelos britânicos. Tudo sugeria a dificuldade de algum tipo de acordo da Grã-Bretanha com a França e a Rússia. Além disso, ao longo do século XIX, a supremacia britânica era tão grande que qualquer tipo de aliança parecia desnecessária:

Não é exagero dizer que durante a maior parte do século XIX a função da Europa nos cálculos diplomáticos britânicos era ficar quieta para que a Grã-Bretanha pudesse dar continuidade a suas atividades, principalmente econômicas, no resto do planeta. Esta era a essência da combinação característica de um equilíbrio europeu de poder com a Pax Britannica, garantido pela única marinha de dimensões mundiais que controlava todos os oceanos e orlas marítimas do globo. Em meados do século XIX, todas as outras marinhas do mundo, juntas, mal ultrapassavam o tamanho da marinha britânica sozinha. (HOBBSBAMM, 1988, p.435)

O que induziu a Grã-Bretanha a participar da Tríplice Entente (com a França e a Rússia) foi a expansão do Império Alemão: expansão econômica, sustentada por sua rápida e bem-sucedida industrialização, que levou à competição dos produtos alemães com os ingleses em mercados tradicionalmente dominados pelos britânicos (inclusive com o ingresso dos produtos alemães no próprio mercado da Grã-Bretanha); expansão colonial que criou vários atritos entre os países da Tríplice Entente e os alemães; e, sobretudo, expansão naval da Alemanha com a ampliação de sua frota de guerra que começava a colocar em questão a supremacia britânica nos mares, essencial para a manutenção da integridade de seu Império (em especial, a Índia).

Em suma, ao fim do século XIX, a Grã-Bretanha percebia claramente que seus velhos rivais - França e Rússia - já não representavam ameaças reais ao seu poder mundial; e que agora o verdadeiro perigo se situava na tendência expansionista da Alemanha. Daí, seu entendimento com franceses e russos, o que acabou levando a Grã-Bretanha a entrar na Primeira Guerra Mundial pouco tempo depois da declaração de guerra da Alemanha à Rússia e à França.

Embora o crescente nacionalismo tenha estimulado o espírito bélico, não havia entre os países em guerra divergências ideológicas significativas (seja no plano político ou econômico). Admite-se que a deflagração da guerra não era esperada nem mesmo pelos

estadistas envolvidos no conflito: acreditava-se numa solução pacífica para o problema. No entanto, o desenvolvimento de diversas economias industriais em crescente competição, com suas implicações - em outras palavras, o Imperialismo - levou à guerra, talvez até contra a vontade dos que a deflagraram: "[...] o desenvolvimento do capitalismo empurrou o mundo inevitavelmente em direção a uma rivalidade entre os Estados, à expansão imperialista, ao conflito e à guerra" (HOBBSBAMM, 1988, p. 437).

E qual foi a reação da população em geral diante da deflagração da guerra, em especial se lembrarmos que milhões de homens dos países beligerantes foram convocados para os combates?

Talvez seja surpreendente, mas houve um forte apoio popular à guerra. E mais surpreendente, não houve maior resistência ao recrutamento de soldados para os exércitos. Pelo contrário, na Grã-Bretanha, o número de voluntários foi de quase dois milhões no primeiro ano de guerra; na França, apenas 1,5% dos convocados não atendeu ao recrutamento. A população, talvez movida pelo patriotismo e pelo nacionalismo, endossou o ingresso de seus países na guerra.

Mais surpreendente ainda foi o fato de os partidos políticos trabalhistas e socialistas também terem apoiado o ingresso de seus países na guerra, pois o internacionalismo (ou seja, a solidariedade internacional dos operários) era um princípio aceito por esses partidos, os quais condenavam o nacionalismo e o patriotismo. Lênin demonstrava sua repulsa à adesão dos partidos socialistas aos governos em guerra:

É preciso constatar com um sentimento da mais profunda amargura que os partidos socialistas dos principais países europeus não cumpriram esta sua tarefa [a defesa do internacionalismo], e a conduta dos dirigentes destes partidos - particularmente do alemão - confina com a traição direta à causa do socialismo. Num momento da maior importância histórica mundial, a maioria dos dirigentes da atual, da segunda (1889-1914) Internacional Socialista, tenta substituir o socialismo pelo nacionalismo. (LÊNIN, 1986, p.560)

No entanto, como nota Hobsbawm: "As massas seguiram as bandeiras de seus respectivos Estados e abandonaram os líderes que se opuseram à guerra. Na verdade, deles restavam poucos, ao menos em público" (HOBBSBAMM, 1988, p.450).

Talvez o apoio das massas à guerra não fosse tão decidido se elas pudessem antever os seus resultados: nos quatro anos de combates, estima-se que 60 milhões de pessoas foram enviados aos campos de batalha. O número de vítimas dos combates foi absurdamente elevado: 8,5 milhões de mortos; 7 milhões de homens mutilados e incapacitados para exercer qualquer atividade no pós-guerra; e cerca de 15 milhões de feridos. Por ser uma "guerra de trincheira", em que os soldados ficavam frente a frente com seus inimigos, à espera de sinais de avançar para um combate corpo a corpo por conquista de posições, a guerra foi extremamente violenta e sangrenta. Na batalha de Verdun (entre fevereiro

e julho de 1915), na tentativa alemã de romper a barreira franco-britânica, o número de mortos chegou a 1 milhão. A ofensiva britânica de Somme, com o objetivo de impedir o avanço alemão, custou aos ingleses 420 mil vidas, sendo 60 mil só no primeiro dia de ataque (HOBBSBAMM, 1995, p.33).

Além de vidas humanas, a Primeira Guerra impôs substancial ônus às economias dos países beligerantes. É claro, a morte de milhões de homens e a incapacitação de tantos outros levaram à redução da força de trabalho desses países, com reflexos no pós-guerra. Mas o impacto foi também no plano material e financeiro. Nenhum dos países estava preparado para uma guerra longa. O esforço de guerra exigia a produção de materiais bélicos e de suprimentos para as tropas (como vestuário e alimentos), mas sem comprometer de todo o abastecimento da população civil. Por isso, os sistemas produtivos foram submetidos a grandes pressões para atender à crescente necessidade de bens para a guerra e para a população civil.

Em quatro anos de guerra, os exércitos e as economias mostravam sinais de esgotamento. Mas, no começo de 1918, o quadro era mais favorável para as Potências Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria). A Frente Oriental parecia estabelecida: os russos haviam sido expulsos da Polônia e aceitado a paz pelo Tratado de Brest-Litowsky em março de 1918.<sup>11</sup> Eliminada a resistência russa no Leste Europeu, as forças alemãs e austríacas puderam se concentrar na Frente Ocidental, contra França e Grã-Bretanha, numa situação favorável às Potências Centrais.

Porém, em fins de 1917, os Estados Unidos passaram a fornecer apoio aos Aliados: com o reforço militar, armamentista e financeiro norte-americano, os exércitos ingleses e franceses puderam fazer a balança pender a favor dos Aliados, decretando, em pouco tempo, a derrota das Potências Centrais.

As consequências da Primeira Guerra se fizeram sentir nos mais diversos planos (econômico, político, social, cultural). No entanto, queremos ressaltar aqui uma questão relativa à economia de guerra: além da mobilização dos recursos materiais, como se fez o financiamento desses gastos?

Os custos da guerra foram muito elevados: estima-se que em 1918 eles chegaram a US\$ 10 milhões por hora (MAURO, 1973, p.311).<sup>12</sup> Como os países puderam realizar gastos dessa magnitude?

11. Em outubro de 1917, os bolcheviques assumiram o poder na Rússia. A condição das forças russas na Primeira Guerra era extremamente precária: muitos soldados já abandonavam os campos de batalha e retornavam às suas regiões de origem. Além disso, os bolcheviques sempre se manifestaram contra a guerra. Nessa situação, aceitaram negociar a paz com a Alemanha, embora esta implicasse perdas de territórios russos e, mais ainda, o fortalecimento do "imperialismo alemão", visto como um dos principais inimigos do socialismo internacionalista.

12. O autor não explicita se são dólares de 1918 ou aos níveis de preços de outro ano. Em qualquer caso, trata-se de um número expressivo do quanto custou manter o esforço de guerra por quatro anos.

Galbraith expõe, de forma sintética, como foi “financiada” a Primeira Guerra: “As três maneiras de se transferir recursos humanos e materiais para uso bélico são a força, o pagamento através de fundos arrecadados mediante tributação e o pagamento com moeda emitida para esse fim” (GALBRAITH, 1994, p.18).

A força foi utilizada no recrutamento dos soldados que recebiam quantias insignificantes. Nas palavras de Galbraith: “esperava-se que os soldados comuns de infantaria combinassem um sacrifício econômico ao sacrifício supremo” (GALBRAITH, 1994, p.18), um sacrifício que parece ter sido aceito (com raras manifestações de insatisfação por parte dos soldados) em nome do patriotismo.

Os gastos com a aquisição de materiais e suprimentos foram feitos, de início, com o aumento da tributação; mas o caráter impopular dos impostos limitou o uso deste instrumento de financiamento da guerra: estima-se que, em média, os tributos tenham contribuído com cerca de um terço dos gastos dos países beligerantes com a guerra. A outra alternativa era por meio de empréstimos cujo efeito, na maior parte das vezes, correspondia à emissão de moeda.

Um tipo de empréstimo era por meio da venda de bônus de guerra ao público. Assim, o público em geral transferia para o governo uma parte de suas poupanças; e esse recurso seria gasto com a aquisição de bens para a guerra. Assim, admite-se que um recurso que, pelo menos em parte, seria poupado, se transformava em poder de compra nas mãos do governo, exercendo uma pressão inflacionária. Outra forma de empréstimo era por meio da venda de títulos para os bancos: estes abriam depósitos do governo no valor dos títulos comprados, criando um poder de compra novo utilizado na aquisição de produtos para a guerra. Embora formalmente possa não ter ocorrido emissão de moeda, os mecanismos utilizados acabavam tendo o impacto inflacionário de uma emissão.

Nos Estados Unidos, os preços do atacado haviam praticamente dobrado ao final da guerra. A elevação na França foi muito maior, e na Grã-Bretanha e na Alemanha ligeiramente menor. (GALBRAITH, 1994, p.20)

A economia de guerra deixou heranças pesadas para o pós-guerra: a capacidade produtiva da Europa bastante afetada pelas perdas da guerra, as finanças públicas em profundo desequilíbrio, enormes dívidas a serem equacionadas. E, sobretudo, uma total desorganização monetária: a manutenção do padrão-ouro mostrou-se impossível durante a guerra, pois a confiança na conversibilidade das moedas esvaiu-se com o processo inflacionário e a deterioração financeira dos países europeus.

Assim, o pós-guerra presenciou as tentativas de reestruturação das economias nacionais e das relações internacionais: por vezes, procurando reconstituir as instituições do passado, mas, por outras, impondo a construção de novas instituições que rompiam com a velha ordem do século XIX. É o que tratamos na próxima parte deste livro.

## REFERÊNCIAS

- FRIEDLANDER, H. E. & OSER, J. (1957). *Historia Económica de la Europa Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica.
- FEIS, H. (1964). *Europe, the World's Banker, 1870-1914*. New York: Augustus M. Kelley.
- GALBRAITH, J. K. (1994). *Uma Viagem pelo Tempo Económico: Um Relato em Primeira Mão*. São Paulo: Pioneira.
- HOBBSAWM, E. (1988). *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, E. (1995). *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HOBSON, J. A. (1981). *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Alianza.
- LÉNIN, V. I. (1986). “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”. *Lênin: Obras escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega.
- LUXEMBURG, R. (1985). *A Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Económico do Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- MAURO, F. (1973). *História Económica Mundial, 1790-1970*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOMMSEN, W. J. (1971). *La Época del Imperialismo: Europa, 1885-1918*. México: Siglo Veintiuno Editores.